



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO ESPECIAL - PL 2177/11 - CÓDIGO NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 1745/13	DATA: 23/10/2013	
LOCAL: Plenário 13 das Comissões	INÍCIO: 10h08min	TÉRMINO: 13h14min	PÁGINAS: 67

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

MARCO ANTONIO RAUPP – Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação.
HELENA NADER - Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC.
NELSON FUJIMOTO - Secretário da Inovação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.
MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA - Secretário de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação.
ROBERTO BRANDÃO CAVALCANTI - Secretário de Biodiversidade e Floresta do Ministério do Meio Ambiente.
GERALDO ANTÔNIO DINIZ BRANCO - Gerente da Divisão de Tecnologias Sensíveis do Ministério da Defesa.
PAULO GADELHA - Presidente da FIOCRUZ.

SUMÁRIO

Apresentação do parecer do Relator, Deputado Sibá Machado, ao Projeto de Lei nº 2.177/2011, pela Comissão Especial PL 2.177/2011 — Código Nacional de Ciência e Tecnologia; apresentação do parecer do Relator, Deputado Izalci, à Proposta de Emenda à Constituição nº 290/2013, pela Comissão Especial PEC 290/2013 — Atividades de Ciência, Tecnologia e Inovação e audiência pública com os convidados sobre o tema objeto de análise da Comissão.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Gabriel Chalita) - Bom dia a todas e a todos. Pediria que tomassem os seus lugares.

Nós vamos iniciar a reunião conjunta que visa à apresentação do parecer do Relator, Deputado Sibá Machado, ao Projeto de Lei nº 2.177, de 2011, pela Comissão Especial — PL 2.177/2011 — Código Nacional de Ciência e Tecnologia; a apresentação do parecer do Relator, Deputado Izalci, à Proposta de Emenda à Constituição nº 290, de 2013, pela Comissão Especial — PEC 209/2013 — Atividades de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Daqui a pouco vamos falar sobre os convidados que participarão de diferentes Mesas neste evento.

Declaro, então, aberta a Reunião Conjunta. Gostaria de convidar os participantes da primeira Mesa de trabalhos. Em primeiro lugar, gostaria de convidar S.Exa. o Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação Marco Antonio Raupp. Acho que o Ministro está vindo aqui com o Deputado Abi-Ackel, que é Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática. Quero convidar o Relator do Projeto de Lei nº 2.177, de 2011, o nobre Deputado Sibá Machado. *(Palmas.)*

E teremos aqui, daqui a pouco, o Deputado Izalci, também Relator. O Deputado Sibá Machado é o Relator do Projeto de Lei nº 2.177, de 2011, e o Deputado Izalci é o Relator da Proposta de Emenda à Constituição nº 290, de 2013. Estamos aguardando o Ministro para que possamos dar início aos trabalhos.

Vamos receber nosso querido Deputado Izalci, Relator da Proposta de Emenda à Constituição. *(Palmas.)*

Então, mais uma vez, vamos chamar o Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação Marco Antonio Raupp e o Presidente Paulo Abi-Ackel. *(Palmas.)*

Queria agradecer ao Presidente Paulo Abi-Ackel por esta realização conjunta, no horário que seria a reunião ordinária da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática. Na verdade, ele é quem vai presidir os trabalhos, porque vou presidir a Comissão de Educação.

Queria agradecer, Ministro, toda a parceria do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, com a participação dos técnicos, dos secretários, das pessoas que acompanharam os nossos Relatores.



Quero cumprimentar o Deputado Sibá Machado pelo brilhante trabalho que fez ao percorrer o Brasil, ouvindo as entidades científicas, discutindo com os reitores de universidades, com o Tribunal de Contas, com o Ministério Público, com a Controladoria-Geral; e também o Deputado Izalci, Relator do outro projeto. O que se tentou foi, durante esse tempo todo, que não buscássemos uma alteração legislativa de cima para baixo, mas que fosse construída com as pessoas que de fato fazem ciência e tecnologia, inovação neste País, com as pessoas que estão profundamente preocupadas com o potencial que o Brasil tem e como esse potencial pode ser melhorado, quando nós, legisladores, nos preocupamos com essas questões.

Então, a Comissão funcionou muito bem, mas o mérito é desses dois Relatores nas duas Comissões — Deputado Sibá Machado e Deputado Izalci.

Quero agradecer muito sua presença aqui. A Casa é do outro Presidente, Deputado Paulo Abi-Ackel.

O SR. DEPUTADO PAULO ABI-ACKEL - Não, é nossa, é nossa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gabriel Chalita) - Peço desculpas, pois tenho que presidir a Comissão de Educação. Virei participar em alguns momentos aqui. Passo, então, a presidência dos trabalhos ao Deputado Paulo Abi-Ackel.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Abi-Ackel) - Muito bem. Quero dar bom dia a todos, especialmente a S.Exa. o Ministro Marco Antonio Raupp, sempre muito presente, como grande democrata e republicano que é, na Câmara dos Deputados e especialmente aqui, na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática.

Vou rapidamente cumprimentar o Dr. Nelson Fujimoto, Secretário de Inovação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; o Dr. Marco Antonio de Oliveira, Secretário de Educação Profissional e Tecnológica, do Ministério da Educação; o Dr. Roberto Brandão Cavalcanti, Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente. Cumprimento, com um abraço muito especial, o Deputado Paulo Bornhausen, Secretário Estadual do Desenvolvimento Econômico Sustentável, Deputado Federal eleito por Santa Catarina e as Sras. e Srs. Parlamentares.

Peço desculpas se alguém não foi citado.



Também está aqui o Coronel engenheiro Geraldo Antônio Diniz Branco, Gerente da Divisão de Tecnologia Sustentável do Ministério da Defesa; o Coronel Intendente da Reserva Anselmo Modesti, Chefe da Seção de Mobilização Aeroespacial, Ciência e Tecnologia do Estado-Maior da Aeronáutica. Quero cumprimentar o Comandante Waldemar de Oliveira Lustoza Pinto, da Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado-Maior da Marinha; o Major Carlos Roberto Pacheco de Melo, Assessor Jurídico do Departamento de Ciência e Tecnologia do Comando do Exército; o ilustre Presidente da Frente Parlamentar de Ciência e Tecnologia, Pesquisa e Inovação, Deputado Izalci; os demais presentes, os senhores da imprensa, os senhores que nos assistem; o Deputado Sibá Machado, Relator do PL 2.177, de 2011; e especialmente a Deputada Margarida Salomão, autora da PEC 290.

Muito bem. Dando início aos trabalhos, passo a palavra ao ilustre Deputado Sibá Machado; na sequência, ao Deputado Izalci para apresentação dos pareceres.

Em seguida, Sr. Ministro, a palavra será concedida a V.Exa.; na sequência, à Deputada Margarida Salomão, autora da PEC 290; e ao Deputado Sebastião Bala Rocha, para suas considerações sobre os pareceres apresentados, a quem também cumprimento.

Deputado Sibá, V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO - Sr. Presidente, vou fazer uma pequena apresentação. Nosso tempo é de quantos minutos, para me organizar?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Abi-Ackel) - Deputado Sibá, não vou definir um tempo para V.Exa. Pediria a V.Exa. para ser o mais sucinto possível, tendo em vista a quantidade de palestrantes.

O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO - Vou utilizar no máximo 10 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Abi-Ackel) - Está ótimo.

O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO - Em primeiro lugar, bom dia, Presidente Paulo Abi-Ackel, Deputado Izalci, Relator da PEC 290, Ministro de Estado Marco Antonio Raupp, cujo Ministério coordenou todos os trabalhos que vão ser apresentados hoje e outros que ainda estão em tramitação — o MCTI, mas com uma ajuda muita grande de outros entes do Governo, da sociedade civil, CONSECTI, CONFAP, SBPC, ANDIFES, ANPEI, ANPROTEC, ABIPIT e tantas



outras que colaboraram substancialmente neste trabalho. São 34 instituições que participaram da elaboração do trabalho.

(Segue-se exibição de imagens.)

Para ganhar tempo, vou passar um resumo rápido do que é a matéria e um pequeno histórico de como ela nasceu.

No dia 27 de abril, tivemos uma audiência pública nesta Comissão com o então Ministro Aloizio Mercadante. Fizemos um debate, houve uma reclamação sobre o sistema U e como opera em cima do pesquisador brasileiro.

Então, desta audiência pública nasceu um requerimento nosso, solicitando que o TCU viesse aqui explicar esta situação. E, como tal, no dia 30/5/2011, o CONSECTI sabendo deste requerimento me pediu para ir lá, pois eu era o autor — o CONSECTI e CONFAP. Conversamos e nasceu a ideia, então, de se construir um texto que viesse a ser o Código Nacional de Ciência e Tecnologia.

Em 7/6/2011, fizemos uma reunião com um grupo de muitas pessoas para tentar botar este texto para andar. Vinte e seis entidades participaram; foram 3 meses de intenso trabalho com o CONSECTI e o CONFAP; mais ou menos 120 instituições do País inteiro deram algum tipo de opinião e participaram na construção do texto.

Em 31/8/2011, foi apresentado o PL de autoria do Deputado Bruno Araújo, que era então Presidente desta Comissão, assinado por todos os membros desta Comissão.

Em 27/9/2011, foi construída a Comissão Especial.

Em 4 de outubro, este mesmo texto foi apresentado no Senado sob o número PLS 619; Relator, Senador Luiz Henrique; autor, Eduardo Braga.

Em 9 de abril, instalação da Comissão Especial. Em 16 de abril, eleição da Mesa. Em 26 de abril, realização da primeira audiência pública. Acho que foi isso.

Então, sobre o PL em si.

O objetivo principal é estabelecer uma política de apoio à geração e aplicação de conhecimento tecnológico, que amplia vários dos dispositivos constantes na Lei de Inovação.

Então, a gente recusou a ideia do Código da Ciência e trouxemos para ser um trabalho para melhorar a Lei de Inovação. Esse foi um acordo firmado desde o início.



Chegamos, então, a este trabalho com a construção de três linhas gerais. Melhorar a inserção do empresariado e das instituições privadas de ensino e pesquisa no âmbito da iniciativa do apoio público. Então, esse era um gargalo que parecia que nós não iríamos conseguir passar por ele. E isso foi resolvido.

O outro ponto é simplificar os procedimentos de contratação, compras e importação para projetos de pesquisa, o que acabou gerando um RDC que lá na frente vai ser explicado; e melhorar o marco geral legal de CT&I, de modo a orientar os órgãos de controle sobre a interpretação da nova legislação. Isso vai ser um passo importante lá na frente.

Alguns procedimentos tomados. Do que era o Código Nacional de Ciência nasce a PEC 290, que está pronta, cuja autora é a Deputada Margarida Salomão, o Relator é o Deputado Izalci. Nasceu a ideia de se criar um RDC; já temos um texto apresentado; estivemos ontem na Casa Civil; e a Comissão já orientou que o Relator será o Deputado Newton Lima, que estava aqui ainda há pouco. Então, o RDC nos próximos dias dará entrada nesta Casa.

A Lei de Acesso à Biodiversidade está há 10, 12 anos paralisada. Agora, nos últimos entendimentos com o Ministério do Meio Ambiente, Casa Civil e outros, o texto deverá entrar, e a Comissão já tem prometido que a relatoria será da Deputada Luciana Santos.

Fundações de apoio. Com o MEC, entendeu-se que era melhor tirar do nosso texto e criar um passo próprio do Governo. Isso já foi feito através da Medida Provisória 614. Faltam uns pequenos ajustes que estamos fazendo no nosso PL 2.177.

E por fim, numa reunião com o SEBRAE, ANPEI e outros, pediram que a gente pudesse pensar uma coisa parecida com isso exclusiva para microempresa e empresa de pequeno porte. Mas, como é muito trabalho, vamos pedir que deixem isso para 2014, senão vai ficar muito grande o trabalho e podemos nos perder.

Bom, rapidamente aqui os capítulos do nosso PL. O Capítulo 1 são as disposições preliminares. O Capítulo 2 trata da política nacional de ciência e tecnologia. Então, cria a política de ciência e tecnologia, uma carta de princípios e as diretrizes e prioridades. Isso não havia em lei nenhuma. Consolida o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, que existe no papel, mas com



dificuldade de implementação. Agora, esperamos que ele ande. No Capítulo 3, atualização dos incentivos à inovação e à pesquisa científica no ambiente produtivo.

Com essas regras, mais ou menos, altera-se a Lei de Inovação, organiza-se o sistema nacional, trabalha-se agora um melhor ambiente para as empresas privadas com atuação no Brasil, empresas públicas e sociedades de economia mista, instituições financeiras nacionais, órgãos e entidades públicas da administração direta, indireta, autárquica, fundacional e tal, as incubadoras de empresas, os polos e parques, entidades de classe. Nós pensamos em todos, acredito que não ficou ninguém esquecido aqui. E assim por diante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Abi-Ackel) - Gostaria de solicitar às senhoras e aos senhores que mantenham o ambiente em silêncio para que o Deputado Sibá Machado possa fazer o seu pronunciamento.

O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO - Aqui, na ampliação da Lei da Inovação, a gente acrescenta toda aquela classificação de agência de fomento, criador, inovação, instituição científica. A gente dá uma melhorada nessa base conceitual para tirar as dúvidas que ainda restavam em relação aos órgãos do controle; introduz novos instrumentos de fomento à pesquisa, como, por exemplo, bônus tecnológico, empresa de base tecnológica, extensão tecnológica, fundação de amparo e por aí vai. Então, isso tudo também dá uma melhorada na Lei da Inovação.

Compartilhamento de infraestrutura. Essa também era uma situação extremamente delicada. Esperamos que com isso a relação do ente público com o ente privado esteja mais bem resolvida. Isso vai estar também na emenda constitucional.

Contratação firmada por ICT pública e transferência de tecnologia e de licenciamento, recebimento de bolsa de estímulo de ECTI pública, concessão de recursos diretamente ao pesquisador, liberdade para remanejamento de recursos — isso aqui, Presidente, foi um pedido quase chorando das entidades: “*Resolvam esse problema!*” —, o que é custeio, o que é investimento. Vamos poder mudar essas rubricas na hora em que for necessário. Bom, trabalhamos e esperamos a aprovação.



Prestação de contas simplificada. Esse é outro problema. O Governo pediu que a gente não escrevesse muita coisa. Isso é uma medida administrativa, mas já há uma predisposição, tanto do MCTI quanto do Planejamento, de que vai vir, acho, um decreto corrigindo isso. Mesmo assim, a gente abre um pequeno espaço para tratar do assunto.

Participação do criador nos ganhos econômicos da sua pesquisa. Isso também é uma coisa que estava meio difusa. Demos uma melhorada neste assunto.

Afastamento do pesquisador federal para prestar colaboração em outras instituições. Esse é outro gargalo, Deputado Peninha. Esperamos que com isso esteja resolvido esse assunto também.

Afastamento do pesquisador para exercer atividade remunerada em ICT ou empresa. Ele pode se afastar. Existe um banco de horas, que a gente vai trabalhar lá na frente: quanto tempo ele pode ser afastado; como ele participa disso e como ele é substituído, no caso de professor, que tem que dar aula, tem que se afastar da sala de aula. Isso está tudo combinado aqui dentro.

Criação das competências dos NITs, que era meio preocupante. Existe o NIT. Está colocado o que é o NIT, como funciona a sua diretoria, a sua coordenação.

As receitas das ICTs públicas e a internacionalização de entidades públicas brasileiras. No caso, aqui, é a EMBRAPA, empresa que já opera em outros países; a FIOCRUZ, que também já opera em outros países e hoje está meio desamparada de um arcabouço legal. Isso também foi trabalhado.

Capítulo IV — Da concessão de bolsas. Isso também já está em algum lugar, especialmente na Lei da Inovação, mas foi melhorado também para evitar a confusão com os órgãos da fiscalização.

Capítulo V — Do pesquisador visitante. Também era um problema que estava colocado. Espero que com isso esteja resolvido.

Contratações e aquisições de ICT. No caso, aqui, recursos das fundações de apoio e agilidade no despacho aduaneiro das importações, que foi comentado lá atrás.

Introdução e criação de procedimentos especiais para dispensa à licitação. A gente só mexe em alguns pontos rápidos, mas esse arcabouço vai estar no RDC, cujo texto o Deputado Newton vai ter o momento para tratar.



Remanejamento das rubricas. Como estava colocado aqui: o que é custeio, o que é investimento. Às vezes dá um problema danado em relação a isso, e ele vai ter maior liberdade.

Incorporação de bens ao patrimônio da ICT ou da empresa.

Capítulo VII — Das preferências na aquisição de bens e serviços pela administração pública e a dispensa de licitação e contratação de empresa de base tecnológica. Vamos precisar de um esforço da Casa para conseguir aprovar isso.

Disposições finais.

Prestação de contas simplificadas. O pesquisador está gastando horas e horas para a prestação de contas e menos horas para fazer pesquisa. Precisamos fazer uma inversão desse tempo, o que facilitará a vida dele.

Deixe-me ver se há mais alguma coisa. Torna possível a contratação temporária às empresas públicas, como eu já havia falado antes.

Ampliação da atuação administrativa nas fundações de apoio. Esse é um ponto que a SBPC e a ANDIFES, na última audiência pública que nós tivemos aqui, trouxeram a respeito do problema da Medida Provisória nº 614, que tratou de 120 horas com no máximo mais 120 horas, para permitir que o pesquisador de universidade, especialmente de universidade de outra ICT pública, possa sair para fazer pesquisa em outra instituição. Então, aqui, nós estamos trabalhando de acordo com a carta da ANDIFES para 416 horas, de 120 para 416 horas.

Eu acho que era isso.

Muito obrigado.

Esperamos a votação. (*Palmas.*)

Apenas esclarecendo — o Deputado Izalci está lembrando — por que não vou ler o relatório. O Presidente da Casa disse que hoje as Comissões não deveriam funcionar porque há uma emergência no plenário. Então, nós estamos transformando isso aqui numa audiência pública, como se fosse a última, para discussão. Vou pedir que se marque outro dia para a leitura e votação do relatório, Presidente. Então, abre-se o debate, mas não se vota nada hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Abi-Ackel) - Muito obrigado, Deputado Sibá Machado.



Passo a palavra ao Deputado Izalci para apresentar uma síntese de seu parecer à PEC 290, de 2013.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, Sr. Ministro e senhores convidados, quero reforçar aqui que, inicialmente, como dito pelo Deputado Sibá Machado, nós, num primeiro momento — o Presidente desta Comissão, o nosso Deputado Bruno Araújo, apresentou, com a assinatura de todos os Deputados, o Marco Regulatório da Ciência, Tecnologia e Inovação —, iríamos aprovar o Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Em função das audiências públicas e do debate, nós vimos a necessidade — até estrategicamente para se conseguir aprovar, na Casa, de forma mais rápida — de dividir esse marco regulatório em diversas peças. E a principal delas, quer dizer, a peça-mãe, é a alteração constitucional.

Então, eu prefiro — o Deputado Sibá Machado já expôs o parecer ao PL 2.177, que é um dos pilares desse marco regulatório — fazer a leitura do relatório da PEC, porque nós temos que, inclusive, aprová-la antes do PL 2.177, que é a regulamentação da PEC.

Vou proceder à leitura, rapidamente, para dar uma ideia.

O mais importante é que todos saibam que ouvimos todos os segmentos, todas as instituições, seja governamental, seja de trabalhadores. Inclusive em alguns Estados participamos de audiências públicas.

Como se trata de uma PEC, e qualquer emenda necessita de 171 assinaturas, eu praticamente absorvi todas as sugestões recebidas das entidades.

Então, quero aqui fazer a leitura, porque nós precisamos votar o mais rápido possível a PEC 290 para depois entrar nas demais peças: o PL 2.177, RDC, Biodiversidade e a questão da micro e pequena empresa.

Peço permissão para ler, inclusive o relatório, Sr. Presidente, para as pessoas acompanharem melhor o que foi feito:

“Proposta de emenda à Constituição nº 290-A, de 2013

*Altera e adiciona dispositivos na Constituição
Federal para atualizar o tratamento das atividades de
ciência, tecnologia e inovação.*

Autora: Deputada Margarida Salomão



Relator: Deputado Izalci

I - Relatório

a) Motivação da Comissão Especial

Esta Comissão Especial foi criada em 29 de agosto de 2013, nos termos do § 2º do art. 202 do Regimento Interno, por Ato da Presidência, com a missão de proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 290-A, de 2013.

A proposta, apresentada pela nobre Deputada Margarida Salomão e outros, altera e atualiza dispositivos na Constituição Federal para revitalizar o tratamento das atividades de ciência, tecnologia e inovação.”

Quero aqui abrir um espaço para agradecer ao Presidente da Casa, Henrique Eduardo Alves, por ter nomeado a mesma Comissão do PL 2.177, para ganharmos tempo, e agradecer também ao Presidente da CCJ, por ter imediatamente votado a admissibilidade, proporcionando, no dia de hoje, a leitura do relatório, para, se possível, votarmos hoje à tarde ou, no máximo, na semana que vem.

“b) Alterações propostas

Para promover a atualização da Constituição no que concerne ao tratamento das atividades de ciência, tecnologia e inovação, o texto da proposta acrescenta as expressões “ciência”, “tecnologia”, “pesquisa” e “inovação” a diversos dispositivos constitucionais. O objetivo primordial é, com isso, ampliar a competência legislativa da União sobre o tema. Já no capítulo da Constituição destinado à Ciência e Tecnologia, o projeto pretende inserir o termo “inovação”, de modo a dar a esta atividade um tratamento prioritário, como já ocorre para a ciência e a tecnologia.

Outra importante alteração que se pretende dar ao texto constitucional é a previsão de que o Estado deverá promover e incentivar a inovação por meio do estímulo à articulação entre entes públicos e privados. Esta nova previsão se articula com uma alteração significativa do escopo da atividade científica e tecnológica que receberá tratamento especial. Isso porque, atualmente, o § 1º do art. 218 da Constituição prevê que somente a pesquisa científica básica receberá tratamento prioritário do Estado, tendo em vista o bem público e o progresso das ciências. Com o novo texto, não apenas a pesquisa científica básica, mas toda a pesquisa científica e também a tecnológica passa a receber este tratamento prioritário.



Adicionalmente, a proposta inclui a União no rol das entidades que podem vincular parte de sua receita orçamentária a entidades públicas de fomento ao ensino e à pesquisa científica e tecnológica. Atualmente, o texto constitucional prevê esse mecanismo somente para os Estados e o Distrito Federal. Há também a proposta de se adicionar parágrafo ao art. 218 da Constituição, com o objetivo de possibilitar a adoção de mecanismos especiais ou simplificados de contratação de bens e serviços, de controle e de tributação nas atividades de ciência, tecnologia e inovação. É previsto ainda que o Estado deverá estimular a formação e o fortalecimento de empresas inovadoras, a constituição e manutenção de polos tecnológicos e a criação, absorção e transferência de tecnologia.

Finalmente, a PEC 290-A, de 2013, pretende adicionar dois novos artigos ao Capítulo IV do Título VIII da Constituição que, como já destacamos anteriormente, passaria a se chamar “da Ciência, Tecnologia e” — introduzimos aqui, então — “Inovação”. O art. 219-A prevê que a União, os Estados e os Municípios poderão efetuar a cessão temporária de recursos humanos, de equipamentos e de instalações a entes públicos e privados. O art. 219-B, por sua vez, prevê a criação de um Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, organizado em regime de colaboração entre entes públicos e privados.

c) Admissibilidade

A proposta aqui analisada recebeu parecer do Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, nobre Deputado Zezéu Ribeiro, pela admissibilidade, com emenda saneadora. O objetivo de tal emenda foi alterar a redação que se pretende dar ao art. 219-A, de modo a prever a necessidade de contrapartida a ser assumida pelo ente cessionário. Tal mudança é necessária, segundo o Relator, para se garantir a obediência ao princípio da moralidade, previsto no *caput* do art. 37 da Constituição, que deve pautar todos os atos da administração pública.

No que se refere à técnica legislativa, o parecer aponta a necessidade de introdução da cláusula (NR) ao final dos dispositivos constitucionais alterados e também explicita a falta de cláusula de vigência da proposta. Para sanar tais problemas, o Relator sugeriu que tais alterações fossem realizadas por esta Comissão Especial que analisa o mérito da matéria.



O parecer do nobre Deputado Zezéu Ribeiro foi apreciado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania no dia 28 de agosto de 2013, tendo sido aprovado por aquele colegiado.

A proposta, após a apreciação desta Comissão Especial, deverá ser apreciada pelo Plenário, tendo regime de tramitação especial. Findo o prazo regimental, não havia emendas apresentadas ao projeto, nesta Comissão Especial.”

Este é o relatório.

Passo, Sr. Presidente, com a sua autorização, à leitura do voto do Relator.

“II - Voto do Relator

a) Origem da proposta

Avaliamos, nesta oportunidade, a Proposta de Emenda à Constituição nº 290-A, de 2013, de autoria da nobre Deputada, Professora e Pesquisadora Margarida Salomão, que também exerceu o cargo de Reitora da Universidade Federal de Juiz de Fora. Trata-se não apenas de uma iniciativa parlamentar, subscrita pela própria Deputada Margarida Salomão e por outros 200 Parlamentares, dos mais diversos partidos que compõem a Casa, mas sim de uma proposta da própria comunidade científica brasileira.

Faz-se, portanto, necessário explicar em breves palavras como surgiu a PEC 290-A, de 2013. Ao longo das discussões do Projeto de Lei nº 2.177, de 2011, proposto em decorrência de sugestões de diversos órgãos representantes da ciência, tecnologia e inovação no País, ficou bastante claro que algumas alterações na Constituição seriam necessárias, com o intuito de modernizar as bases constitucionais referentes à ciência e à tecnologia. As diversas audiências públicas realizadas no âmbito da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao PL nº 2.177, de 2011, deixaram clara a necessidade de ajustes no texto da Constituição Federal, com o intuito de dar as bases necessárias para a plena aplicabilidade daquilo que se pretende alterar nas normas legais brasileiras desse setor.

Desse modo, toda esta rica discussão sobre o PL nº 2.177, de 2011, redundou na apresentação de um novo projeto, corporificado na PEC 290, de 2013. Com o intuito de manter a harmonia na avaliação desta Proposta de Emenda à Constituição, bem como garantir a celeridade deste trabalho, a Comissão Especial



formada para a sua apreciação conta com exatamente os mesmos integrantes da Comissão Especial que hoje avalia o PL nº 2.177, de 2011.

b) Resumo da proposição

Feitos tais esclarecimentos, sigo agora com a análise do texto da PEC 290-A, de 2013. Ela pretende acrescentar as expressões “ciência”, “tecnologia”, “pesquisa” e “inovação” em diversos dispositivos constitucionais, visando ampliar a competência legislativa da União sobre o tema. No capítulo da Constituição destinado à Ciência e Tecnologia, o projeto pretende também inserir o termo “inovação”, de modo a dar a esta atividade um tratamento prioritário, como já ocorre para a ciência e a tecnologia.

A PEC prevê também que o Estado deverá promover e incentivar a inovação por meio do estímulo à articulação entre entes públicos e privados. Esta previsão articula-se com uma alteração significativa do escopo da atividade científica e tecnológica que receberá tratamento especial. Isso porque, atualmente, o § 1º do art. 218 da Constituição prevê que somente a pesquisa científica básica receberá tratamento prioritário do Estado, tendo em vista o bem público e o progresso das ciências. Com o novo texto, não apenas a pesquisa científica básica, mas toda a pesquisa científica e também a tecnológica passa a receber este tratamento prioritário.

Adicionalmente, a proposta inclui a União no rol das entidades que podem vincular parte de sua receita orçamentária a entidades públicas de fomento ao ensino e à pesquisa científica e tecnológica. Há também a proposta de se adicionar parágrafo ao art. 218 da Constituição, com o objetivo de possibilitar a adoção de mecanismos especiais ou simplificados de contratação de bens e serviços, de controle e de tributação nas atividades de ciência, tecnologia e inovação. É previsto ainda que o Estado deverá estimular a formação e o fortalecimento de empresas inovadoras, a constituição e manutenção de polos tecnológicos e a criação, absorção e transferência de tecnologia.

Finalmente, a PEC 290-A, de 2013, pretende adicionar dois novos artigos ao Capítulo IV do Título VIII da Constituição. O art. 219-A prevê que a União, os Estados e os Municípios poderão efetuar a cessão temporária de recursos humanos, de equipamentos e de instalações a entes públicos e privados. O art. 219-B, por sua



vez, prevê a criação de um Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, organizado em regime de colaboração entre entes públicos e privados.

c) Audiências públicas realizadas

Com o intuito de ampliar o debate sobre o tema, esta Comissão promoveu audiências públicas nas quais foram recebidas contribuições valorosas da sociedade civil organizada. Nesses eventos, houve uma análise aprofundada das alterações propostas por meio da PEC 290-A, de 2013.

Em 17 de setembro de 2013, foi realizada a primeira audiência pública, com a presença do Reitor Júlio Cesar Silva, membro honorário do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB); do Sr. Sérgio Luiz Gargioni, Presidente do Conselho Nacional das Fundações de Amparo à Pesquisa (CONFAP) e representante do Conselho Nacional de Secretários Estaduais para Assuntos de CT&I (CONSECTI); e do Sr. Félix Andrade da Silva, Diretor de Relações Interinstitucionais da Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica e Inovação (ABIPTI).

No dia 24 de setembro de 2013, a Comissão Especial realizou sua segunda audiência pública, com a presença do Sr. Rubén Dario Sinisterra, Presidente do Fórum Nacional de Gestores de Inovação e Transferência de Tecnologia (FORTEC); do Sr. Pedro Barbosa, Vice-Presidente de Relações Institucionais da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ); do Sr. Arnoldo Medeiros da Fonseca Júnior, Coordenador de Negociações e Contratos da Secretaria de Negócios da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA); do Sr. Ivanil Elisiário Barbosa, Presidente do Sindicato Nacional de Servidores Públicos Federais na área de Ciência e Tecnologia do Setor Aeroespacial (SINDCT); e Luis Gustavo Delmont, Analista de Desenvolvimento Industrial do Instituto Euvaldo Lodi, representante da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Também foi realizada, por meio da Frente Parlamentar em Defesa da Ciência, Tecnologia e Informática, audiência pública para tratar da atuação dos inventores independentes, no mesmo dia 24 de setembro de 2013. Na ocasião, estiveram presentes o Sr. Carlos Mazzei, fundador e Presidente da Associação Nacional dos Inventores (ANI); o Sr. Adenor Martins de Araújo, inventor da discagem direta a cobrar; o Sr. Nélio José Nicolai, inventor do bina; a Sra. Fernanda Magalhães,



Coordenadora de Propriedade Intelectual do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI); e a Sra. Grace Ferreira Ghesti, Gerente de Inovação e Transferência Tecnológica do Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Universidade de Brasília (CDT/UnB). (...)

d) Conclusão do voto.

A Proposta de Emenda à Constituição nº 290-A, de 2013, em nossa análise, é um documento de elevada qualidade que, caso fosse aprovado em sua redação original, já traria benefícios inequívocos para a ciência, a tecnologia e a inovação no País. A qualidade da proposta é, em grande medida, fruto de seu processo de maturação, ocorrido ao longo da intensa atividade das entidades que militam nas áreas de ciência, tecnologia e inovação em nosso País. É, também, fruto da competência da sua autora, Deputada Margarida Salomão, que vem contribuindo de maneira decisiva para o desenvolvimento científico e tecnológico do País, tanto na sua carreira acadêmica e na sua atividade de Reitora quanto em sua atuação parlamentar.

Mas ao longo do amplo processo de debate efetuado por esta Comissão Especial com a sociedade, que incluiu não apenas as audiências públicas aqui realizadas, mas também o recebimento de diversas sugestões encaminhadas pelas entidades representativas da sociedade civil a este Relator, constatamos que algumas alterações podem tornar a proposta que aqui relatamos ainda mais efetiva. Seja por meio de pequenos ajustes de redação, seja com o acréscimo de algumas novas regras, é possível fazer com que as mudanças que pretendemos introduzir na Constituição Federal impactem de maneira ainda mais positiva os setores de ciência, tecnologia e inovação, gerando assim um ambiente legal mais propício ao pleno desenvolvimento do País.

Desse modo, são as seguintes as alterações que propomos, por meio de substitutivo: (...)

Acrescentamos um art. 3º ao projeto, renumerando todos os artigos posteriores, no qual sugerimos o acréscimo do § 5º ao art. 167 da Constituição Federal, estabelecendo que, para a viabilização dos resultados de projetos restritos às áreas de Ciência, Tecnologia e Inovação, poderá ser admitida a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos direcionados às atividades de



Ciência, Tecnologia e Inovação de uma categoria de programação para outra, sem a necessidade da prévia autorização legislativa prevista no inciso VI do mesmo artigo, mediante ato do Poder Executivo. Tal alteração visa conceder maior liberdade na administração dos recursos destinados a pesquisas, desde que o objetivo final desta maior liberdade seja o atingimento das metas científicas estabelecidas. Note-se que o texto atual do inciso VI do art. 167 não proíbe a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria para outra, tão somente condiciona tais alterações à emissão de autorização legislativa. No caso da Ciência, Tecnologia e Inovação, com vistas a conceder maior eficiência na aplicação das verbas destinadas a este setor, é plenamente justificável que o próprio Poder Legislativo abra mão dessa obrigatoriedade de autorização legislativa (...).”

Ademais, note-se que não será concedida uma liberdade absoluta, todos os remanejamentos e todas as transferências de recursos entre categorias deverão ser feitos na forma da lei, de acordo com as regras referendadas pelo Parlamento.

“No art. 5º do projeto (art. 6º do substitutivo), revimos a redação que se pretende dar ao art. 218 da Constituição, com o intuito de evitar qualquer possibilidade de interpretação equivocada do mandamento constitucional. A intenção da proposta é, por certo, que o Estado promova e incentive a articulação entre entes — incluindo a articulação entre entes públicos, entre entes privados e entes públicos e entre entes privados. Contudo, em sua redação original, poderia haver a possibilidade de uma interpretação restritiva, na qual se entenderia que o Estado estimularia apenas a articulação entre entes públicos e entes privados. Por isso, sugerimos uma nova redação, na qual se lê que o Estado estimulará “a articulação entre entes, tanto públicos quanto privados”. Além disso, optamos por transferir trecho que originalmente faria parte do *caput* do artigo para um novo § 7º, a ser acrescentado ao art. 218. Tal parágrafo define que o Estado estimulará a articulação entre entes, tanto públicos quanto privados, nessas atividades, nas diversas esferas de governo. Com essa alteração, pretendemos dar maior autonomia ao Estado no estímulo a essas articulações, deixando claro que as previsões contidas nos parágrafos constantes do art. 218 não são condições necessárias à efetivação de tal estímulo. (...)”



Ainda ao art. 218 da Constituição, propomos a inserção de um § 8º, com vistas a promover e incentivar a internacionalização das atividades das instituições públicas de ciência, tecnologia e inovação — internacionalização esta que já está em curso, com uma forte atuação de diversas dessas instituições em outros países. Assim, propomos um texto no qual se prevê que o Estado promoverá e incentivará a atuação no exterior das instituições públicas de ciência, tecnologia e inovação, com vistas à execução de atividades ligadas ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação. Finalmente, com vistas a fortalecer o grande insumo para a produção de ciência, tecnologia e inovação — o capital humano — acrescentamos o § 6º do art. 218, para prever que o Estado estimulará a formação de recursos humanos para essas áreas, especialmente com a atração, valorização e retenção de pessoal.

Também no art. 5º do projeto (art. 6º no substitutivo), sugerimos emenda aditiva ao texto do § 5º do art. 218. À redação original do projeto acrescenta somente a União aos entes que podem vincular parcela de sua receita orçamentária a entidades públicas de fomento ao ensino e à pesquisa científica e tecnológica — hoje, o texto constitucional já permite que Estados e Distrito Federal façam essa vinculação. Com a emenda, acrescentamos também os Municípios ao rol de entes que possuem essa faculdade.

Emendas aditivas também foram propostas à redação que se pretende dar ao § 6º a ser adicionado no art. 218 da Constituição, renumerando no substitutivo como § 9º. Em sua redação original tal dispositivo prevê que, para a execução prevista no art. 218, serão adotados mecanismos especiais ou simplificados de contratação de bens e serviços, de controle e de tributação, na forma da lei.

Decidimos prever que as importações, as prestações de contas e as celebrações de convênios para essas atividades também poderão ser feitas por meio de mecanismos especiais ou simplificados, na forma da lei.

Com essas mudanças, pretendemos dar ainda mais dinamicidade às atividades ligadas ao desenvolvimento científico e tecnológico, com consequentes ganhos de produtividade.

“No art. 6º da proposta (art. 7º do substitutivo), sugerimos alteração que acrescente expressões à redação que se pretende dar ao § 1º do art. 219 da



Constituição. Assim, nesta nova redação, o Estado passaria a estimular a formação e o fortalecimento da inovação nas empresas. Tal nova redação se faz necessária para se evitar futuras dificuldades na definição do que exatamente é uma empresa inovadora, como constava originalmente no projeto. Optamos por uma redação mais ampla, que incentive a inovação em toda e qualquer empresa, algo estratégico para se estimular contínuos ganhos de produtividade e competitividade no ambiente produtivo brasileiro. Além disso, definimos que o Estado estimulará também a inovação não apenas nas empresas, mas também em outras entidades públicas ou privadas que promovam atividades inovadoras. Tal mudança pretende abarcar entidades que inovam, mas não necessariamente estão organizadas em forma de empresa. É o caso, por exemplo, da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), a principal instituição de ciência e tecnologia em saúde da América Latina, organizada na forma de fundação. Também ampliamos o leque de entidades cuja constituição e manutenção serão estimuladas pelo Estado. Atualmente, a Constituição Federal prevê que apenas os polos tecnológicos receberão esse tipo de incentivo. Na redação que propomos, acrescentamos os parques tecnológicos e todos os demais ambientes promotores da inovação, o que consideramos imprescindível para manter a Constituição Federal atualizada com os múltiplos arranjos possíveis para a promoção da tecnologia e da inovação. Finalmente, acrescentamos os inventores independentes na lista dos beneficiários de estímulo estatal. Destaque-se que as atividades elaboradas pelos inventores independentes, responsáveis por mais da metade das patentes concedidas no Brasil, já recebem tratamento especial na Lei de Inovação (Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004). Com este acréscimo que pretendemos incluir na proposição, ressaltamos este caráter estratégico da atuação dos inventores independentes, que merecem assim estímulo do Estado nas suas atividades.” (...)

No art. 7º do projeto (art. 8º no substitutivo), também adicionamos alguns termos para aumentar a abrangência da norma e dirimir a possibilidade de interpretações equivocadas.

Na redação que se pretende dar ao art. 219-A há duas mudanças. Na lista de entes que poderão efetuar cessões temporárias de recursos humanos, de



equipamentos e de instalações, acrescentamos o Distrito Federal, que assim se juntará à União, aos Estados e aos Municípios.

Além disso, com vistas a deixar claro que os direitos dos militares também serão resguardados, passamos a prever que não haverá prejuízo dos direitos do servidor ou do militar em caso de cessão.

“Já na redação do art. 219-B, fizemos uma pequena alteração, nos mesmos moldes da já efetuada no texto que se pretende dar ao art. 218 da Constituição, também com o intuito de deixar claro que haverá colaboração entre entes, tanto públicos quanto privados.” (...)

“Ainda no art. 7º do projeto (art. 8º do substitutivo), como condição de admissibilidade, a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania aprovou emenda segundo a qual deve haver a exigência de contrapartida a ser assumida pelo ente cessionário. Estamos plenamente de acordo com esta emenda, sem dúvida necessária ao atendimento do princípio constitucional da moralidade na administração pública. Contudo, com vistas a ampliar a aplicabilidade das cessões previstas no art. 219-A, ofertamos novo texto que explicita que tal contrapartida pode ser financeira ou não financeira. A previsão de contrapartida não financeira é especialmente necessária no caso de estímulos a serem oferecidos a empresas nascentes, que via de regra possuem poucos recursos financeiros a ofertarem como contrapartida, mas que podem disponibilizar diversas outras formas de contrapartidas não financeiras ao ente cedente.

Finalmente, em atendimento às recomendações do Relator da matéria na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, nobre Deputado Zezéu Ribeiro, efetuamos alterações de técnica legislativa no texto da proposição. Tais alterações incluíram a introdução da cláusula ao final dos dispositivos constitucionais alterados pela proposta, bem como a adição de cláusula de vigência ao final do seu texto (art. 9º), que prevê a entrada em vigor da Emenda Constitucional na data da sua publicação.”

Bem, Sr. Presidente, este é o relatório e o voto. Na próxima reunião, espero que aconteça ainda hoje, mas se não der semana que vem, nós passaremos, então, à leitura do substitutivo.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Abi-Ackel) - Muito obrigado, Deputado Izalci.

Eu gostaria, em primeiro lugar, de convidar o ilustre Deputado Jorge Bittar, que é Vice-Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, para compor a Mesa. Imediatamente após, concederei a palavra ao ilustre Deputado Bruno Araújo, ex-Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia e ex-Líder do PSDB na Câmara, para fazer uso da palavra e, se desejar, também compor a Mesa. E na sequência, então, terá a palavra a Deputada Margarida Salomão, autora da PEC nº 290, de 2013.

Deputado Bruno Araújo, V.Exa. dispõe da palavra.

O SR. DEPUTADO BRUNO ARAÚJO - Agradeço a todos e os cumprimento.

Sr. Presidente, farei breves considerações.

Primeiro, quero agradecer o convite para também participar da Mesa. Mas eu vou pedir licença para — já que nós vamos formalizar essa aprovação em outro momento por questões regimentais — registrar que, na realidade, sou um advogado que veio cumprir uma missão como Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia. E com toda a mania de grandeza da advocacia que se atribui às ciências humanas, talvez não haja nada mais efetivamente humano do que o campo da ciência e da tecnologia. É um tema absolutamente apaixonante!

Eu estive cada vez mais envolvido com o núcleo de grande qualidade que esta Comissão tem. E tive a sorte de, em determinado momento, poder ajudar a construir um grupo de trabalho que convocasse todas as instituições de pesquisa do País para que — um trabalho coordenado à época pelo Deputado Sibá — construíssem uma proposta de adequação e modernização da legislação brasileira, em virtude de todos os reclames que nós ouvíamos do setor de pesquisa brasileiro.

Chegamos a um termo. E eu me sinto bastante orgulhoso de poder ter encabeçado formalmente a titularidade desse projeto, mas com a ampla compreensão e o apoio desta Comissão.

Ao longo da constituição desta Comissão, eu, pessoalmente com o próprio Presidente Marco Maia à época, e agora com o Presidente Henrique Eduardo Alves, sempre defendi que não haveria outro relator para cuidar da matéria que não fosse o Deputado Sibá Machado, porque ele acompanhou de perto a coordenação desse



trabalho, com toda a relação, com o apoio do Ministério e do Ministro Marco Antonio Raupp

O Deputado Izalci é extremamente dedicado à temática, e de forma muito racional, porque esse tema, por mais apaixonante que seja, pode ter divergências da ordem de caminhos, mas não é um tema que se atribui à política partidária como se dá nas demais Comissões da Casa. O que permeia essas discussões é sempre outro tema. Objetivamente, este é o melhor caminho de resultados para a ciência e tecnologia desenvolvidas pelo País.

Para a nossa sorte, a própria Comissão identificou o momento oportuno de dar seguimento à PEC da Deputada Margarida, que vem se somar a esse novo caminho.

Nós sabemos que o processo legislativo é um aperfeiçoamento constante. Acho que esse texto garante uma etapa de alguns anos à frente para essa nova realidade. Sabemos que temos outra missão daqui a 5 ou 10 anos, já que há uma permanente demanda para que o Estado brasileiro — isto se em um primeiro momento não contribuir — não atrapalhe. Esse já seria um grande movimento. E quero falar da importância de nós, hoje, darmos este passo.

Quero cumprimentar toda a Comissão. Este é um dos grandes momentos em que, de fato, o Congresso Nacional não se perde na atividade meio, na discussão da política pela política. De fato, nós entregamos à sociedade algo concreto.

Portanto, Presidente Paulo Abi-Ackel, se nós tivermos a oportunidade de, rapidamente, formalizar na semana que vem, por meio simbólico, a aprovação da votação tanto do dispositivo da PEC quanto desta Comissão Especial, ótimo!

No caso da PEC, no momento em que ela se der, nós ainda teremos a Comissão de Justiça. Mas, no tocante a esse texto produzido hoje, que nós possamos, rapidamente, ter um acordo de Líderes para que haja uma aprovação célere. Quem sabe, possivelmente, ainda no mês novembro, seja dado esse grande passo em contribuição à ciência e a pesquisa no Brasil. E que o Senado possa, quem sabe ainda no primeiro semestre do ano que vem, entregar ao País esse novo diploma legal.

Então, gostaria de cumprimentá-los e de dizer a todos que hoje a pesquisa, no Brasil, dá um grande avanço!



Parabéns a todos! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Abi-Ackel) - Muito obrigado, Deputado Bruno Araújo.

Na sequência, concedo a palavra à ilustre Deputada Margarida Salomão, para a leitura.

A SRA. DEPUTADA MARGARIDA SALOMÃO - Para a leitura não, Presidente. Quero antes saudá-los.

Saúdo o nosso Presidente Paulo Abi-Ackel, o nosso Ministro Raupp, o Vice-Presidente Jorge Bittar, o incansável organizador e Relator do PL, Deputado Sibá Machado, e o nosso Relator da PEC nº 290, Deputado Izalci, que fez um trabalho de grande envergadura. Saudando-os, eu saúdo a todos os demais componentes da Mesa e os Parlamentares que constituem esta Comissão.

Eu quero repetir o que disse o Deputado Bruno Araújo sobre a importância do trabalho coletivo na produção desse novo ordenamento institucional para a pesquisa, para a tecnologia e para a inovação no Brasil. Esse é, de fato, um trabalho que resulta de postulações e reivindicações da comunidade brasileira, das empresas e da compreensão do Parlamento. Então, nós temos aqui hoje uma proposta que é eminentemente republicana, no sentido de se constituir suprapartidariamente, o que não significa que não estejam expressas aqui contribuições políticas de grande envergadura e de grande profundidade.

Nós conseguimos, exemplarmente, superar a disposição do Parlamento de esgotar a sua ação, muitas vezes, em metas autorreferidas. Essa é, definitivamente, uma contribuição que tem um impacto claro na sociedade, embora nem sempre seja fácil explicar para os nossos eleitores. Eu mesma tenho tido muita dificuldade de explicar para aqueles que não são reitores nem professores universitários nem pesquisadores o que de fato isso significa para o Brasil. Isso, além do mais, exemplifica a generosidade republicana que nós todos estamos devotando a esse trabalho.

Quero cumprimentar o Deputado Izalci porque considero que o relato dele melhora significativamente aquela contribuição à PEC nº 290, subscrita por tantos de nós, por mais de duzentos Parlamentares. Entendo que o relatório de S.Exa. contempla — porque eu estive presente em todas as audiências públicas — com



clareza tudo aquilo que foi aqui proposto, desde o proposto, pungentemente, pelos inventores independentes, como, de forma menos pungente, mas não menos eficaz, pelos representantes dos pesquisadores militares. Então, está tudo posto aqui.

Eu quero destacar a importância da dispensa da autorização legislativa para o remanejamento de recursos, mantidas as metas científicas que tiverem sido postas. Nós estamos ganhando, assim, muita dinamicidade e desburocratizando, ao tempo em que mantemos o nosso compromisso público com aquilo que tiver sido acordado.

Sobre a questão do clareamento na redação sobre a articulação entre os entes, não apenas entes públicos e privados, este é um problema da coordenação lógica. Se você não explicitar, isso pode ser lido restritivamente. No entanto, como o Deputado Izalci fez de forma explícita e não redundante, nós, de fato, estamos tratando aqui de públicos e privados, públicos e públicos, privados e privados. Então, eu acho que isso é muito importante para que nós consigamos avançar.

Outro problema é a questão da internacionalização. Eu também acho que é um avanço que nós tenhamos explicitado isto no texto, ou seja, a vinculação do orçamento para ciência e tecnologia também no nível dos Municípios e não apenas dos Estados e da União.

Por último, a questão da ampliação da abrangência do RDC, que nós esperamos que venha a ser relatado pelo nosso Reitor, Deputado Newton Lima. E quanto à contribuição da CNI sobre a preocupação com a restrição do termo “*empresa inovadora*”, eu acho que agora ela está plenamente contemplada com a nova redação.

Então, eu quero dizer que não apenas reconheço a qualidade do trabalho do Deputado Izalci, mas quero também endossá-lo e apoiá-lo, para que nós tenhamos, no mais breve prazo, a aprovação desse texto — e, assim, permitir que o Deputado Sibá possa também votar de forma bem-sucedida o relatório do PL nº 2.177, para, com isso, abrir caminho, desbravar uma nova institucionalidade para a ciência, a tecnologia e a inovação no nosso País.

Muito obrigada, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Abi-Ackel) - Muito obrigado, Deputada Margarida Salomão.



Eu vou passar a palavra ao Ministro Marco Antonio Raupp, mas não sem antes agradecer, em nome da Comissão Especial — e tenho certeza de que o ilustre Presidente Gabriel Chalita me avaliza neste agradecimento — e também em nome da Comissão de Ciência e Tecnologia, mais uma vez, repito, pela maneira sempre generosa e cordial com que S.Exa. atende a nossos convites.

Esta é realmente uma matéria, podemos dizer, de alta relevância. É uma questão, como disse bem a Deputada Margarida Salomão, de interesse republicano. Trata-se de política de Estado, e exatamente em razão disso eu creio que, como Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, devo promover uma alternância na Presidência dos trabalhos desta reunião.

Portanto, eu também gostaria de convidar o Vice-Presidente desta Comissão, o ilustre Deputado Jorge Bittar, que tem sido um grande colaborador com os trabalhos desta Comissão, neste ano, para presidir a sessão no momento em que o Ministro faz a sua palestra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorge Bittar) - Então, está com a palavra o Sr. Ministro Marco Antonio Raupp.

O SR. MINISTRO MARCO ANTONIO RAUPP - Eu quero saudar, inicialmente, os três Presidentes: Gabriel Chalita, Paulo Abi-Ackel e Jorge Bittar.

Realço a importância dessa visão que o Congresso Nacional tem com relação a ciência e tecnologia. Refiro-me à visão de que a política de ciência e tecnologia tem de contemplar, sempre, os paradigmas republicanos, e que tem que ser uma política de Estado que seja exercida ao longo dos tempos, além dos governos.

Essa é uma atitude que a gente defende há muito tempo, e é com grande prazer que encontro esta receptividade e este entendimento aqui no Congresso Nacional, especialmente na Comissão de Ciência e Tecnologia.

Eu quero saudar, além dos Presidentes, — permita-me, Presidente — as organizações de ciência e tecnologia, as instituições de ciência e tecnologia representadas aqui neste plenário — lotado porque o interesse pelo assunto que nós debatemos aqui é grande. Saúdo a todos, em especial a nossa Presidenta da CBPC, a colega Helena Nader, com quem já tive a oportunidade de trabalhar quando militava na Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Ela é uma



peessoa combativa e sempre atenta aos desdobramentos das questões que se referem ao futuro da ciência e tecnologia.

Eu gostaria de saudar, especialmente, todos os Deputados e membros desta Comissão Especial que se envolveram tanto na autoria como na relatoria e na análise dos projetos.

Quero saudar o Gabriel Chalita, como já o fiz. E saúdo todos os membros da Comissão: Bruno Araújo, que é o autor do PL nº 2.177; Antonio Imbassahy; Ariosto Holanda; Carlinhos Almeida; Izalci; José Rocha, Miro Teixeira, Paulo Piau, Rogério Peninha e Sandro Alex. Eu quero expressar os agradecimentos de todas as organizações setoriais do Governo, vamos dizer assim, que cuidam da política de ciência e tecnologia. Mas eu imagino que falo aqui também em nome de todas as instituições representativas da comunidade de ciência e tecnologia. Quero agradecer o trabalho de vocês, que nós reputamos de altíssima qualidade, ao qual agora devemos dar prosseguimento.

Saúdo também o Deputado Sibá Machado, em especial, que coordenou um sem número de audiências públicas por todo o País, em Brasília, Rio, São Paulo, Manaus, Salvador, Vitória, Porto Velho, Belo Horizonte, e, finalmente, na reunião na SBPC em julho deste ano, lá em Recife. Então, foi um trabalho exaustivo, e foram ouvidos todos os setores. O interesse é grande.

Eu quero começar a minha fala, reportando-me a algo que o Deputado Bruno Araújo falou: o trabalho legislativo é um trabalho contínuo, constante e tem que estar sempre reformulando o que foi estabelecido antes, porque a sociedade muda. Isso aqui é um exemplo exatamente do que está acontecendo na área de ciência e tecnologia. A área de ciência e tecnologia, antes da Constituição de 1988, era ignorada pelos textos legais brasileiros. Ela foi, pela primeira vez, aparecer na Constituição de 1988. O que ela representava? Quais prescrições a Constituição contemplava? Contemplava, exatamente, as necessidades do desenvolvimento da ciência e tecnologia estampadas naquele momento.

Aquele era um momento em que houve a fase de estabelecimento das atividades científicas no País, que são novas; começaram depois da guerra. As atividades sistemáticas do desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica começaram com a criação dessas grandes organizações, que financiavam as



atividades de ciência e tecnologia, que são o Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) e a CAPES, e com a reforma universitária. A reforma universitária começou nos anos 1960. As universidades que nós temos hoje no Brasil não têm nada a ver com as universidades que existiam antes de Anísio Teixeira estabelecer paradigmas com relação a como deve ser uma universidade aqui na Universidade de Brasília. Depois, isso se disseminou com a reforma geral das universidades federais, que se adaptaram a esse conceito.

As necessidades desse sistema de produção de ciência e tecnologia foram muito bem expressadas na Constituinte de 1988. Eu quero aqui prestar uma homenagem. Eu participei desse movimento. Sou uma pessoa já de certa idade. *(Risos.)* Participei desse movimento, discutindo o que deveria ser incluído no texto da Constituição. Quero homenagear o Congresso Nacional também, inclusive homenageando a Deputada Luiza Erundina, que, infelizmente, foi embora, e o Deputado Ariosto Holanda, que também tiveram atuação destacada nessa discussão na Constituinte de 1988.

Naquele momento, o Congresso Constituinte teve a sensibilidade de expressar essa novidade que acontecia no seio da sociedade brasileira, que era, vamos dizer assim, a nova realidade imposta pela reforma das universidades e pela criação do CNPq, da CAPES, e, posteriormente, da FINEP.

Essa realidade era, então, de produção do conhecimento científico de uma forma organizada. Isso se expressou muito bem lá. Essas atividades se desenvolveram, cresceram e, ao natural, procuraram atender às demandas da sociedade, porque a atividade científica por si só é muito importante. É uma atividade cultural, de produção de conhecimento, o que é fundamental para o desenvolvimento de uma nação. Mas ela tem um outro compromisso também, que é o compromisso do lado utilitário da ciência.

A ciência pode ser usada, vamos dizer assim, para criar condições para contribuir para o aprimoramento, para a modernização da sociedade, onde ela se desenvolve, e para a melhoria da qualidade de vida da população dessa sociedade. Então, a ciência brasileira começou também a se desenvolver nessa linha. Houve necessidade de interagir com o setor produtivo, como também a necessidade de cumprir os requisitos da sustentabilidade do desenvolvimento, como os requisitos da



área ambiental, da área social. E a ciência começou a se expandir em todas as direções. Também houve necessidade de cumprir os requisitos da sustentabilidade econômica, no sentido de contribuir efetivamente para a qualificação das organizações da sociedade responsáveis pelo desenvolvimento das atividades econômicas, que são as empresas.

Então, passa a ter outro caráter ao longo da história do País a relação do desenvolvimento das atividades científicas. Elas passam a interagir com o setor produtivo, com entidades privadas. Há que se reconhecer que, nas universidades, o grande desenvolvimento da atividade de geração de conhecimento no País foi realizado dentro do setor público. Então, quando essas organizações começam a interagir com outros setores da sociedade, começa a haver uma outra problemática, que tem de ser mais bem equacionada. Esse é o embate em que estamos envolvidos aqui com a SBPC e com todas as demais organizações, durante essa história recente do País.

Eu quero cumprimentar o Congresso Nacional, em especial a Comissão de Ciência e Tecnologia, pela sensibilidade — é aquele negócio: o processo legislativo é um processo contínuo — de entender essa realidade e passar a ser protagonista, para superar e representar melhor as novas ansiedades para o pleno desenvolvimento dessas atividades. É marcante o que esta Comissão fez, quando convocou o Ministro de então, em 2011, Aloizio Mercadante, a fazer uma exposição sobre as novas atividades do Ministério. Eu estava presente nessa reunião, tanto que fazia parte da equipe do Ministro Mercadante. Quando ele ia a essas audiências aqui, ele chamava todo o secretariado e se colocava à disposição da Comissão para debater. Lembro-me muito bem de quando questionado sobre a inadequação do marco legal em que se desenvolviam essas atividades de ciência e tecnologia. A Comissão, como o Deputado Sibá muito bem descreveu, começa a se organizar e aceita a provocação, e o próprio Ministro Mercadante também estimula o Ministério da Ciência e Tecnologia a pensar e trabalhar junto com o Congresso para o desenvolvimento de um marco legal adequado.

É altamente relevante essa sensibilidade para os maiores e os melhores desígnios da sociedade brasileira. Aqui, esta Comissão de Ciência e Tecnologia tem este entendimento e teve esse protagonismo, essa proatividade no que se refere às



demandas, com vistas ao pleno desempenho dessas atividades de ciência e tecnologia. Isso ocorreu. O Ministério passou a estimular e apoiar todas as atividades, a colocar todo o nosso pessoal técnico à disposição.

Vejam bem, isso ocorreu em um momento em que se formalizava no âmbito do Executivo a ideia de que a ciência tinha um papel maior: além de produzir o conhecimento, tinha o papel também de levar o conhecimento para o benefício de todos os outros setores produtivos, em todos os sentidos, da sociedade. Foi quando, exatamente, no Governo da Presidenta Dilma Rousseff, o Ministério passou a incluir aquele “i”: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Isso caracteriza muito bem esse período, Deputado Marcio Bittar, e significou, nesse momento, uma adesão na política de desenvolvimento do País, no plano Brasil Maior, e o entendimento de que ciência, tecnologia e inovação é um eixo estruturante dessa política para o desenvolvimento sustentável, com os requisitos não só econômico, mas também ambientais e sociais. Esse entendimento é o que perdura.

Então, o Governo, o Ministério da Ciência e Tecnologia, com essa nova visão, tem o pleno entendimento de tudo isso que está ocorrendo e — expressando uma visão comum, com todas essas organizações que são os agentes efetivos no desenvolvimento das atividades — sente a absoluta necessidade da reformulação do marco legal.

Então, nós entendemos como perfeitamente válido o encaminhamento que foi dado a esses cinco projetos de lei, bem como o desdobramento dessas várias legislações que estão sendo estabelecidas. Nós entendemos que isso é perfeitamente válido. Já estamos começando a ter modificações nas nossas atitudes, ao desenvolvermos as nossas atividades do dia a dia, com relação, por exemplo, à Lei das Fundações de Apoio às Universidades, que já foi aprovada aqui e sancionada pela Presidenta. Então, nós já estamos percorrendo o caminho com essa nova visão da necessidade de mudança do quadro institucional.

Parabéns por esse encaminhamento que foi dado aqui na Comissão de Ciência e Tecnologia para essa questão, modificando, inclusive, o conceito, na Constituição, do que são essas atividades de ciência e tecnologia, porque elas mudaram, elas são diferentes hoje em relação ao que eram em 1988, como eu estou me referindo. Então, esse ajuste no tempo é um fator altamente positivo, é uma



qualidade positiva do Congresso Nacional, em especial da Comissão de Ciência e Tecnologia, ajustando-se aos novos tempos. É isso o que eu saúdo aqui como cidadão brasileiro. Eu saúdo essa atitude, essa sensibilidade do Congresso Nacional para com os temas de interesse da sociedade em geral.

Parabéns a todos que se envolveram! Mas eu generalizo, dando parabéns à Comissão de Ciência e Tecnologia. Vocês estão sendo uma verdadeira Constituinte! No que se refere ao capítulo ciência e tecnologia nos tempos atuais, vocês estão adequando a legislação maior, e a subjacente também, a esta nova qualidade, a estas novas posturas, novos procedimentos que a atividade requer.

Então, neste momento, eu parabenizo a todos! Nós temos participação nisso, e achamos que estamos atingindo muito bons resultados. E vamos continuar trabalhando. Há questões aí, como a questão de acesso à biodiversidade, que é fundamental para a pesquisa científica, a par da questão do regime diferenciado de compras, que é também absolutamente fundamental.

Então, a consecução de todo aquele conjunto é fundamental, Deputado Sibá. O Deputado Sibá é o nosso interlocutor maior, é com quem a gente mais conversa! Ele é um representante importante — os Deputados Izalci e Margarida, também —, porque eles transmitem, com toda a clareza, todas as preocupações — auscultam a sociedade — ao Congresso Nacional.

Então, eu quero simplesmente parabenizar o Ministério, na certeza de que as organizações e entidades representativas do setor vão também continuar a se desenvolver plenamente. Eu sei que vocês mudaram e não falam mais em marco legal, mas eu digo que o conjunto dessas leis vai ser um marco legal importante. Não sei quanto tempo isso vai durar, porque a dinâmica social é muito grande, e daqui a algum tempo nós vamos ter que reavaliar muitos dos conceitos e colocações que foram aqui colocadas. Mas, dentro da conjuntura atual, vocês estão dando — nós todos: a sociedade brasileira, o Governo brasileiro, as entidades representativas da sociedade, representadas aqui no Congresso Nacional — um grande passo para criar um ambiente favorável, plenamente favorável, ao pleno e amplo desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da inovação no País, que é o que a sociedade espera, é o de que o Brasil precisa para ter um desenvolvimento sustentável. Ou seja, uma produção científica associada à produção econômica,



com respeito com a utilização adequada dos recursos naturais, criando-se — digo criativamente — metodologias para promover a ascensão social da sociedade brasileira para incluirmos cada vez mais os setores marginalizados nos benefícios da sociedade moderna. É para isso que serve ciência e tecnologia, e é por isso que ciência e tecnologia tem que ser de política de Estado. E temos que ter apoio de todas as organizações partidárias. Tem sido assim.

Portanto, agradeço a todos os partidos políticos que atuam aqui no Congresso, porque todos têm uma sensibilidade muito grande para essa nossa atividade.

Para mim, que sou um militante — estou aqui representando o Governo, estou falando pelo Governo, eis que o Governo tem interesse no bom equacionamento dessa questão —, eu não posso deixar de mencionar que, pessoalmente, isso é muito importante. Está aqui a minha colega, Helena Nader, que sabe muito bem. Eu sou mais velho que ela, estou há mais tempo militando — eu sou mais velho que você, bem mais —, e sou testemunha de toda essa evolução. Sou testemunha; estou observando isso há muito tempo, e trago este depoimento para vocês.

Sejam protagonistas, sempre! Ouçam a voz das ruas!

Muito obrigado! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorge Bittar) - Agradeço as palavras ao nosso Ministro Raupp, palavras que representam toda uma trajetória nesse nosso ambiente de ciência, tecnologia e inovação e que representam o reconhecimento de um trabalho que foi realizado pelo Parlamento em amplo diálogo com governos e com a sociedade.

Vou até me apropriar aqui, rapidamente, de uma expressão do nosso Ministro Raupp, quando se referiu a uma Constituinte sobre ciência, tecnologia e inovação. De fato, estamos aqui, com esse novo marco constitucional e legal, revolucionando a área de ciência, tecnologia e inovação. E durante todo esse processo de diálogo nós ouvimos opiniões — às vezes concordantes, às vezes conflitantes, às vezes em meio a acalorados debates e desabafos de integrantes da rede de ciência, tecnologia e inovação do País —, preocupados com o crescimento da burocracia,



das dificuldades, dos obstáculos ao pleno desenvolvimento das atividades de pesquisa, com o desenvolvimento tecnológico e de inovação em nosso País.

Soubemos, acredito, recolher contribuições expressivas de todos esses setores. Destaco aqui o trabalho de nossos relatores aqui na Mesa e de todos os Parlamentares que contribuíram para que a gente pudesse construir esse novo marco regulatório. Acredito que, na velocidade com que a ciência, tecnologia e inovação caminham hoje — velocidades crescentes, que implicam, inclusive, necessidades de ajustes na legislação permanente —, esse marco legal será um impulso muito grande ao desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação, algo tão importante para o pleno desenvolvimento de nosso País, como estratégia de desenvolvimento que seja soberana, que seja justa, do ponto do vista social, e que seja sustentável.

Quero esclarecer aqui qual será, na sequência, o nosso roteiro de expositores.

Normalmente, eu passaria agora a palavra à Dra. Helena Nader; depois, ao Sr. Paulo Bornhausen, representante da sociedade civil, representante dos Governos estaduais; e, em seguida, aos Parlamentares. Mas o Deputado Newton Lima pediu-me para falar imediatamente, porque ele tem um compromisso já ajustado e tem que sair imediatamente.

Então, passo a palavra ao Deputado Newton Lima, pedindo a todos os expositores, os Parlamentares e os nossos convidados procurem fazer intervenções concisas, porque teremos uma Ordem do Dia e, em algum momento, teremos que encerrar esta audiência pública para estarmos no plenário. Então, dito isso, passo a palavra ao Deputado Newton Lima Neto.

O SR. DEPUTADO NEWTON LIMA - Muito obrigado, Deputado Jorge Bittar, Vice-Presidente da Comissão. Eu agradeço a deferência e justifico a inversão: vou participar na *TV Câmara*, agora, de um debate sobre a revisão da Lei de Patentes, da qual fui autor. Inclusive, quero, antes de sair, entregar o resultado desse trabalho às nossas autoridades, em especial, ao Ministro Raupp.

Mas o que eu queria fazer é uma breve intervenção, por mim solicitada em função do escasso tempo que temos, cumprimentando todos os meus colegas da



Comissão Especial, particularmente, mas eu queria fazer a breve intervenção que foi solicitada, em função do escasso tempo que temos.

Cumprimento todos os meus colegas da Comissão Especial, particularmente os Deputados Bruno, Margarida e Izalci.

Ministro Raupp, ao cumprimentar V.Exa. e sua equipe, digo que o Deputado Sibá Machado, mais do que coordenador e interlocutor, tem sido um grande engenheiro político da nossa causa. Transformar a proposta original que a sociedade nos trouxe, encampada pelo Presidente da Comissão, à época, o Deputado Bruno Araújo, e subdividi-la em cinco instrumentos legais, de modo a dar consequência legislativa ao propósito da sociedade, foi uma tarefa coordenada pelo Deputado Sibá, que merece todos os elogios. *(Palmas.)*

Quanto ao Código, a PEC acabou de ser relatada. A Lei das Fundações acabou de ser aprovada. A revisão da Lei de Inovação vai ser apreciada. A proposição sobre biodiversidade ainda está sendo elaborada. Há também a questão do Regime Diferenciado de Contratações. É um sonho de todos nós, de muitos anos. Eu só adianto que o meu trabalho já está bastante avançado, próximo da conclusão, para que possamos colocá-lo em debate e modificar a Lei nº 8.666. Assim será possível acelerar a tramitação dessa nossa causa maior, relacionada aos institutos de ciência e tecnologia e às universidades do Brasil. É algo, Deputado Sibá, que eu quero deixar desde já registrado.

Quero fazer outro registro interessante também. Pouca gente sabe — o Ministro Raupp não falou isso por causa da sua modéstia —, mas toda essa confusão positiva aqui começou sob a liderança dele na SBPC. Há 5 anos, ele organizou, na Maria Antônia, no prédio que era da USP, em frente ao Mackenzie, um debate com a comunidade científica e convidou o Presidente Lula. A Helena estava lá, eu estava lá, alguns de nós estávamos lá. O Presidente Lula estava sentado numa cadeira escolar, dessas que têm uma parte que pode ser levantada. Era o que a SBPC tinha para oferecer. *(Risos.)* A Helena viu. À mesa estavam Sérgio Rezende, então Ministro da Ciência e Tecnologia; Fernando Haddad, Ministro da Educação, à época; o Presidente da Academia Brasileira de Ciências. Raupp estava coordenando a reunião. Foi apresentado um rosário de críticas, observações e reivindicações da comunidade. Todas as sociedades estavam lá presentes.



Apresentaram rigorosamente aquilo que depois a sociedade condensou no documento chamado código.

Lá estava o meu grande amigo, companheiro, ex-Presidente da COPPE, Luiz Pinguelli Rosa, que conseguiu dar o nome a uma lei. A Lei das Fundações é dele. Ele até reclamou aqui, na Câmara e no Senado. Quero fazer essa homenagem ao Pinguelli. Naquela oportunidade, ele falava isso. Nós estávamos com um problema grave nas universidades. A transferência de recursos entre as fundações universitárias e as reitorias estava ocasionando problemas terríveis junto ao Tribunal de Contas da União. Todos nós estávamos sendo vítimas desse processo. Como pesquisador e ex-reitor, nem vou contar minhas histórias. Eu, a Deputada Margarida, todos os que passaram pela gestão dessas instituições ou de laboratórios, pesquisadores com bolsas sabem do que estou falando.

Quis fazer essa homenagem a V.Exa., Ministro Raupp, porque, de alguma maneira, deu início a esse processo, chamando o Executivo e o Legislativo às suas responsabilidades.

Estamos, ao fim e ao cabo, realizando o sonho quanto às modificações contemporâneas necessárias.

Lei de patentes não tem a ver com esse aspecto fundamental, com a base, com a espinha dorsal que estamos discutindo, mas eu também, como pesquisador e Parlamentar, percebi que a nossa lei de 1996 foi um desastre para a indústria nacional, foi um desastre para a inovação.

Vou ler frase do americano Joseph Stiglitz, Prêmio Nobel de Economia, que abre o meu livro: *“Há um reconhecimento crescente de que o sistema de patentes, como atualmente concebido, não só impõe custos sociais incalculáveis, mas também tem falhado em maximizar a inovação”*. Se Joseph Stiglitz falou isso, quem somos nós para questioná-lo? Tratemos de considerar, em nossos países, as consequências ruins desse tratado internacional de 1996 e melhorá-las, como no projeto de lei que eu e o Deputado Dr. Rosinha estamos apresentando.

Peço desculpas, mas agradeço mais uma vez a inversão da ordem. Vou participar agora de um debate sobre isso na *TV Câmara*, mas não quero sair antes de entregar algo. Já o entregamos ao Ministro Pimentel; já o entregamos ao Ministro Mercadante. Quero entregá-lo ao Ministro Raupp. Elias participou, em seu nome, da



solenidade de lançamento do livro, na semana passada, num grande debate internacional que aqui fizemos. Vou deixar um para o Deputado Bittar, como Vice-Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, e entregar à minha amiga Helena Nader, como Presidente da SBPC, um exemplar desse trabalho, que está à disposição de todas as entidades, as quais cumprimento e elogio pela iniciativa de nos ter trazido esse desafio, que estamos cada vez mais próximos de concluir.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorge Bittar) - Obrigado, Deputado Newton Lima.

Registro a presença entre nós de Paulo Gadelha, Presidente da FIOCRUZ.

Passo a palavra imediatamente à Dra. Helena Nader, para falar em nome de toda a sociedade civil, no caso da área de ciência, tecnologia e inovação.

A SRA. HELENA NADER - Muito obrigada, Sr. Presidente. É uma grande responsabilidade.

Como o tempo é curto, vou saudar a todos na pessoa do representante dos dois lados, da comunidade científica e desta Casa, do Parlamento. Agradecendo ao Deputado Sibá, eu agradeço a todos.

No caso do Deputado Sibá, se Maomé não vai à montanha, a montanha vai a Maomé. Já faço o convite a todos. No ano que vem, a SBPC, no Acre, estará cheia de novidades. Ele faz parte da Comissão Científica. Pela primeira vez, alguém do Parlamento integra a Comissão Científica, em função dessa bandeira de defesa da ciência.

Eu estava até comentando aqui com o Deputado Lustosa: nesta manhã acordei muito emocionada. Eu estou até com um nó na garganta. Não dá para perceberem o que isso significa para toda a sociedade científica, tecnológica e de inovação do País. Menciono também a dedicação. Como os senhores mesmos disseram, é algo difícil de traduzir para o eleitor. É difícil fazer esta afirmação: *“Olhe, com isso eu posso ter tantos votos”*. É quase impossível. No entanto, de forma republicana, os senhores abraçaram essa causa.

O efeito disso nós vamos ver daqui a alguns anos, de forma pujante. Eu posso garantir. Se, mesmo com a legislação que nós temos, mesmo com todos os empecilhos, conseguimos chegar aonde chegamos, imaginem o que será para este



País esse novo arcabouço legal, como disse o nosso Ministro, meu irmão, Marco Antonio Raupp.

Para nós, portanto, é uma emoção. Eu me sinto, mais uma vez, privilegiada por estar presente num momento como este.

Para encerrar, vou trazer mais um desafio para os senhores. A vida é feita de desafios, e nós, a comunidade científica, tecnológica e de inovação, estamos deixando algo bem claro. Nós já achamos que vamos conseguir tudo isso. Os senhores vão conseguir, e a sociedade vai aplaudir. No entanto, nós temos mais uma dificuldade pela frente. Nós temos de pensar novos modelos de financiamento para a ciência, tecnologia e inovação. No caso do FNDCT, 43% dependiam do CT-PETRO. Com a lei que foi aprovada, nós não teremos mais nenhum recurso entrando para a ciência e tecnologia no FNDCT, ou seja, ele cai em pelo menos 40%.

A inteligência desta Casa, que tem visão, e a inteligência da comunidade da área de ciência, tecnologia e inovação têm de pensar novos modelos relativamente a isso. Os senhores têm a visão do arcabouço legal, e nós temos a visão da necessidade.

Eu apresento só mais esse desafio, para olharmos para frente.

Obrigada, mais uma vez, do fundo do coração. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorge Bittar) - Obrigado, Dra. Helena, por suas palavras emocionadas, que expressam efetivamente o sentimento de todos os cientistas, pesquisadores, desenvolvedores de tecnologia e inovação neste País.

O Ministro Raupp quer fazer uma observação.

O SR. MINISTRO MARCO ANTONIO RAUPP - Eu só queria dizer que Governo também tem que dedicar inteligência e esforço para propor uma nova formulação para o Fundo. Faremos isso! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorge Bittar) - Com certeza!

Para nós Parlamentares destas Comissões que trabalharam esse tema, é sempre muito importante ouvir depoimentos dessa natureza também, porque todos sabem como anda o ambiente político no País, a imagem dos Parlamentos brasileiros. É sempre bom ouvirmos isso e nos sentirmos, de alguma forma, recompensados por um trabalho realizado com muita abrangência, com muita



profundidade, com muita capacidade de diálogo, que pode alavancar muito esse setor estratégico para o País.

Passo imediatamente a palavra ao nosso amigo, ao companheiro Deputado Paulo Bornhausen, Secretário do Desenvolvimento Econômico Sustentável do Estado de Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO PAULO BORNHAUSEN - Eu cumprimento o Presidente Bittar, amigo de longa data, companheiro nesta Comissão.

Hoje estou representando o Estado, mas, na verdade, já estou no exercício da função. Estou retornando à Comissão e falando como Deputado também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorge Bittar) - Ah, está retornando?

O SR. DEPUTADO PAULO BORNHAUSEN - Por um período. Não sei ainda por quanto tempo, mas vamos ficar juntos aqui por um período ainda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorge Bittar) - Que ótima notícia! Muito bom!

O SR. DEPUTADO PAULO BORNHAUSEN - Quero cumprimentar o Deputado Sibá pelo excelente trabalho não só na Comissão, mas em todos os locais em que coletou informações junto à sociedade, bem como nesta Casa, com os Deputados e Deputadas da Comissão Especial. Ouviu e traduziu em lei, o que é muito difícil, Deputado — nós sabemos disso —, algo que é latente e necessário.

A sociedade brasileira já não admite mais não ter uma lei efetiva, um código que precisa ser colocado em prática.

Pessoas como o Ministro Marco Antonio Raupp ficaram a vida inteira militando no setor. Na verdade, essas discussões são de evolução.

Eu me lembro, Presidente Bittar, de que, na década de 90, eu me sentei aí, no lugar em que está, e presidi a Comissão Especial das Telecomunicações, que reformou o sistema de telecomunicações no Brasil. Esse insumo, à época e também hoje, é fundamental para a ciência, tecnologia e inovação. As comunicações, hoje, têm um papel muito mais profundo, com a questão da Internet, das redes que se vão formando, da cocriação, o que estamos vendo aqui. Aliás, o Parlamento sempre agiu assim. Mas a sociedade hoje se vale da cocriação e cobra dos seus governantes que não ajam mais de cima para baixo, e sim com a participação de todos.

Neste momento, estamos vendo que a legislação avança de forma republicana, como já foi dito aqui, Ministro Raupp. Os debates, na década de 90,



não eram tão republicanos, eram mais difíceis aqui. Eram debates muito pontuados pelas diferenciações. Não havia uma agenda. Era muito difícil encontrar nesta Casa um denominador comum. Hoje, sentimos que há necessidade de urgência, pelo tempo de certa forma até perdido por todos nós. Discussões não levaram a resultados esperados. Houve reposicionamento de todas as partes para que pudéssemos chegar aqui, hoje, e ouvir isso, com grande alegria. Eu agora falo como Secretário, pelo CONFAP e pelo CONSECTI. Nós estamos na ponta.

O Ministro Raupp tem ido a Santa Catarina. Minha Secretaria tem um que de futurismo no presente. Essa Secretaria, acho, é a única no Brasil que cuida de ciência, tecnologia, inovação, meio ambiente e desenvolvimento econômico. Santa Catarina botou tudo dentro de um lugar só, porque o pau ronca é dentro de casa. É lá que temos que ajustar essas políticas tão importantes, e para as quais o Brasil ainda não conseguiu encontrar os caminhos. Não é fácil! Não estou dizendo que seja o céu, mas também não é o inferno; é um purgatório possível de ser ultrapassado, ao longo do tempo, com muito diálogo.

No que se refere à lei que vai regulamentar a Constituição, tenho a dizer que ela é realmente uma miniconstituinte do setor. Incluir a inovação na Constituição Federal, Deputado, é fundamental. A Deputada Margarida fez o projeto.

Eu quero lembrar algo que é importante para os meus colegas que não estão aqui do CONFAP e do CONSECTI. Foi encaminhado à Casa pelas entidades o Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. Lá, na ponta, Presidente Bittar, sofremos muito com essa questão da burocracia. Quando se está sentado lá — V.Exa. atuou em secretarias no Rio de Janeiro, e eu imagino a situação do Ministro —, quando começamos a administrar, temos a solução, temos o caminho, geralmente temos o dinheiro, mas não temos a forma para fazer.

Há as próprias entidades que cuidam da ciência e tecnologia nos Municípios, nos Estados, as fundações. O Prof. Sergio Gargioni, que é de Santa Catarina, preside o CONFAP. Nós lutamos com dois públicos. Nós lutamos com o público interno, que é o próprio Governo, a Secretaria da Fazenda. Trata-se do não cumprimento das alíquotas constitucionais, necessárias, que têm que ser aplicadas. São aquelas despesas que são jogadas na área de ciência, tecnologia e inovação sem que pertençam ao setor. São contabilizadas para fechamento *pro forma* no



Tribunal de Contas. É uma luta, portanto conseguir realmente colocar os percentuais. E lutamos também com o público externo, para obtenção de recursos. A SBPC, por meio da Profa. Helena, coloca isso com muita tranquilidade. Os financiamentos estão equivocados não porque foram feitos equivocadamente, mas porque o tempo passou, e nós precisamos adequá-los.

Nós estamos trabalhando hoje uma legislação que, talvez, a Coreia tenha trabalhado na década de 90. Lá já se falava a respeito dessa questão das instituições, dos professores, da iniciativa privada, das instituições públicas, do papel de cada um. Eles conseguiram definir isso bem mais cedo do que nós.

Na semana que passou, recebemos um investimento, em Santa Catarina, de uma empresa chamada LS Mtron, que foi produzir tratores em nosso Estado. Essa empresa fatura hoje 30 bilhões de dólares. Ela nasceu exatamente dessa lei de inovação na época, na década de 90.

Eles trabalham em uma economia um pouco diferente da nossa. Ela é mais verticalizada em termos de empresa. Os grupos trabalham desde plataformas até agricultura. Eles têm uma coisa um pouco diferente lá. Mas eles conseguiram vencer o desafio da inovação, principalmente da criação científica dentro de seu próprio país.

Eu, em nome dos Secretários, em nome das Fundações, só posso brindar aqui. Como Parlamentar, quero dizer que volto a esta Casa em um momento histórico.

Estou muito contente hoje, com V.Exa., Presidente Jorge Bittar, com o Deputado Paulinho Abi-Ackel, que já saiu. Disse ao Governador que eu viria aqui me pressurizar novamente, para depois voltar. Existem pessoas que se despressurizam, mas a gente vem para cá para se pressurizar. Eu estou na Comissão, vou passar o próximo mês aqui, Presidente Bittar, com V.Exa., pressurizando e dando continuidade aos temas. Estou à disposição no que eu puder ser útil, Deputado Sibá.

Nós estamos com uma política de distritos de inovação, o que nada mais é do que um nome, mas tem um significado, sob o aspecto social e econômico, de urbanização. Algumas decisões foram tomadas por alguns países que trabalham áreas da própria cidade e as transformam em distritos. Seriam os tais parques tecnológicos urbanos.



Eu vou estudar um pouco mais o assunto. Sei que não é mais hora de mexer em nada, mas isso está contemplado na Constituição, quando diz “*outros similares*”.

O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO - Deixe-me só lembrar algo, porque talvez já seja bom prevenir. Nós estávamos pensando em votar hoje, mas houve uma mudança de cenário. As Comissões, no turno da manhã, não poderiam deliberar. Ontem, nós tivemos uma conversa com a Casa Civil, e nos foi pedido, Deputado Izalci, que não votássemos hoje, porque eles queriam também dar uma última olhada. É o tempo que terão também todas as entidades que trabalharam nisso. Vão ter mais 1 semana para dar a última checada. Deixaríamos a votação para a próxima semana. Assim, novas contribuições ainda podem chegar.

O SR. DEPUTADO PAULO BORNHAUSEN - Deputado Sibá, eu não estou aqui para mexer em nada. Acho que está ótimo, excelente, maravilhoso. Só fiz uma observação. Quando eu vi o texto constitucional, percebi que o tema está coberto. Então, não há problema. Pode ser uma pequena observação, mas ela teria sentido em determinada legislação estadual, na questão da competência depois dos financiamentos, do desenvolvimento. Eu quero dizer que está excelente. Eu fiz a leitura ontem no avião. Reli três vezes. Atrasou o voo. Eu vim lendo e relendo. Excelente, tanto o texto constitucional quanto esse texto que foi apresentado aqui por V.Exa. Parabéns! É um salto.

Espero que consigamos agora vencer o desafio da qualidade, Ministro. Nós vencemos, por exemplo, a universalização das telecomunicações, a universalização da educação básica, mas não conseguimos vencer ainda o desafio da qualidade. No que diz respeito à inovação, nós vamos ter, com essa legislação, que vencer o desafio da qualidade.

Parabéns a todos!

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorge Bittar) - Obrigado, Deputado Paulo Bornhausen, por suas palavras.

Seja bem-vindo a esta Casa novamente!

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorge Bittar) - V.Exa. está inscrito para falar em seguida. O Deputado Izalci pediu apenas 30 segundos.



O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Eu quero somente antecipar algo, exatamente neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorge Bittar) - Pois não.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Eu não vou me alongar, Sr. Presidente.

Eu quero agradecer a todos, especialmente ao Ministro. Agradeço a todos que fizeram comentários.

Agradeço ao Deputado Sibá, que tinha concordado com a realização de uma audiência pública — seria a última — em Santa Catarina na próxima semana. Inclusive, a Secretaria do Desenvolvimento Econômico Sustentável do Estado, representada aqui pelo Deputado Paulo Bornhausen, tinha feito o agendamento junto com o povo da área, até no que se refere aos Parques de Inovação, em que Santa Catarina tem um razoável pioneirismo. A audiência, contudo, por questão de economia processual, no âmbito legislativo, foi suspensa.

Mas eu quero assinalar duas coisas muito rapidamente. Primeiro, eu acho que boa parte daquilo que Santa Catarina acumulou de experiência, o que agora está sendo reimpulsionado, como foi descrito pelo Deputado Paulo Bornhausen, está contemplada nesses 19 tópicos que estou analisando aqui, que traduzem o que está transcrito e o que está proposto no bem articulado relatório do Deputado Sibá Machado.

O segundo comentário que eu quero fazer, Presidente Bittar... Bittar, Nader, Amin, vejam que estamos quase em maioria aqui. *(Risos.)* A Deputada Salomão vai ser a nossa *patronesse* das instituições federais, escolhida pela Universidade Federal de Santa Catarina, pelo nosso comitê de lá.

A SRA. DEPUTADA MARGARIDA SALOMÃO - Com muita honra.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Bittar, Amin e Nader têm algo em comum, convivência no mesmo lado do Rio Jordão. *(Risos.)* E amizade com os parentes do outro lado. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorge Bittar) - É verdade.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Eu só queria ressaltar o que disse a Dra. Helena Nader. Acho que nós estamos todos vivendo um momento realmente



excepcional, pelo espírito republicano que construiu os dois documentos, especialmente o código, que é um trabalho de tessitura mais longa.

Essa grande responsabilidade — o Ministro Raupp disse muito bem — não pode ser nossa, tem que ser de quem está do outro lado do balcão. Lá está a chave e a gaveta. *(Risos.)* Como nós aprendemos quando garotos e dizemos, eles é que *fi massori* — eles é que têm o dinheiro. *(Risos.)*

Está perdoado por não ter havido a audiência pública. Vamos tentar contemplar o objetivo.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO - Mas eu gostaria, mesmo assim, de visitar o centro lá.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Eu o tinha convidado para visitar o Sapiens Parque, que o Ministro Raupp conhece, e certamente a Profa. Helena também. Outras iniciativas lá o Deputado Paulo Bornhausen pode igualmente sugerir.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorge Bittar) - Obrigado, Deputado Esperidião Amin.

Tem a palavra, por 30 segundos, o Deputado Izalci.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, eu só quero destacar a contribuição do CONFAP e do CONSECTI. Eu fui Vice-Presidente do CONSECTI em 2004; depois, em 2008, novamente. Houve um esforço muito grande durante esse período todo dos procuradores das FAPs e também das Secretarias. O texto principal encaminhado a esta Casa como marco regulatório foi proveniente do CONSECTI e do CONFAP.

Nós não podemos deixar de ressaltar, portanto, o trabalho deles e a importância dessas duas instituições.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorge Bittar) - Perfeito.

Passo a palavra à Deputada Luciana Santos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANA SANTOS - Bom dia a todos.

Eu quero saudar o Presidente em exercício da Comissão, o Deputado Jorge Bittar, na pessoa de quem saúdo todos os membros deste colegiado.



Saúdo também o Ministro Raupp e, por seu intermédio, toda a comunidade científica presente.

A nossa Presidenta da SBPC, Helena Nader, refletiu bem sobre o significado deste momento. De fato, ele é de forte emoção, pelos ganhos que acumulamos nesse tempo todo.

Foi bem feliz a iniciativa do Deputado Sibá de propor esta audiência pública exatamente na Semana Nacional de Ciência e Tecnologia. A iniciativa se reveste, portanto, de duplo significado. A Semana Nacional de Ciência e Tecnologia tem um papel importante na popularização da ciência, da saúde e do esporte, dada a proximidade dos eventos da Copa. São mais de 20 mil atividades em 571 cidades do Brasil todo, com a participação de quase 850 instituições do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia.

Esta Casa concedeu nesta semana a Ordem do Mérito Científico a mais de 70 cientistas do País. Eu quero destacar o pernambucano Anderson Ferreira Gomes, que recebeu essa comenda na segunda-feira.

Quero também realçar a preocupação da Helena em relação aos recursos. Eu me lembro de que fui uma das que esperneou muito no debate sobre os *royalties*. Na preparação do fórum de ciência e tecnologia em Pernambuco, eu chamei a atenção para a necessidade de discutirmos a repercussão no Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico dos recursos que vêm do petróleo e que correspondem a 43% desse fundo. Mas eu acho que há debate ainda, que nós pudemos ajustar, porque os 50% do Fundo Social foram para a educação, mas há os outros 50%. Embora sejam um grande guarda-chuva sob o qual estão ciência e tecnologia, valeria a pena fazermos o esforço de amarrar isso objetivamente, além da participação especial, que é outro tributo, e do debate do campo de Libra. No que nós aprovamos, a Presidenta preferiu, com seu poder discricionário, colocar uma parte dos impostos que vêm do campo de Libra. Portanto, existe margem aí para realizarmos um importante debate nesse sentido.

Gostaria também de destacar uma iniciativa de nosso incansável Deputado Ariosto, símbolo do debate sobre ciência e tecnologia para o Nordeste, e também para o Norte. No Conselho de Altos Estudos desta Casa, estamos propondo que também possamos debater — é um debate do Fórum Nacional de Secretários de



Ciência e Tecnologia — um plano de ciência e tecnologia para o desenvolvimento do Nordeste, em função da nova matriz econômica que nós estamos vivendo. Estamos conseguindo nos inserir nos setores dinâmicos da economia, mudando completamente a matriz, entrando na cadeia de petróleo, gás e *offshore* e na cadeia automobilística, coisa que não era pauta do desenvolvimento do Nordeste. Mas nós precisamos tirar as consequências disso, suporte tecnológico a este novo momento que estamos vivenciando.

Por fim, quero falar sobre minha responsabilidade na parte que me cabe em todo esse latifúndio — ou a minha parte da rapadura, como se diz no Nordeste — que estamos aqui discutindo. Refiro-me à perspectiva de assumir a relatoria do acesso ao patrimônio genético. Eu acho que esse é um dos debates mais estratégicos desse arcabouço jurídico que estamos discutindo.

Há uma insuficiência muito grande na legislação brasileira em relação a isso. Depois de um contrato firmado entre uma multinacional e a Bioamazônia, em 2000, com a remessa para o exterior de material genético vivo para a produção de remédios na Suíça, o Brasil editou, em 2001, a Medida Provisória nº 2.186, que tinha o objetivo de proteger o patrimônio genético da biopirataria. Mas não há dúvida de que é preciso ir além da proteção contra a biopirataria. Precisamos debater a geração de novos investimentos e novos conhecimentos, dando o devido tratamento, claro, ao conhecimento tradicional, porque fomentar essa nova bioeconomia é uma das questões que todos os planos nacionais de ciência e tecnologia contemplam — eu já li Livro Verde, Livro Branco, Livro Azul, e em todos estão lá as tecnologias do futuro, e entre elas a biodiversidade.

Nós temos que tirar consequência do que nós mesmos propomos. Aí estão as áreas de vegetais, frutas, cosméticos, fármacos, limpeza, ração, fibra, biocombustíveis. Ou seja, saúde, nutrição, química, materiais e energia estão dentro desse contexto para o qual precisamos garantir o devido marco legal, com vistas ao enfrentamento de uma necessidade estratégica para o País, preservando a fauna e a flora brasileira.

Não há dúvida de que existem muitas falhas e omissões nesse debate, o que gera insegurança jurídica e um passivo gigantesco. Portanto, nós precisamos ter



esse marco legal sob a ótica dessa que é uma área estratégica para o Brasil, uma questão de soberania nacional.

Tramitam no Congresso muitas proposições sobre isso, no Senado e na Câmara. Por isso ressalto mais uma vez: acho importante que ciência e tecnologia liderem esse debate, que é transversal e atinge a economia brasileira, a agricultura e o meio ambiente. Acho importante que ele seja liderado pela ciência e tecnologia e por nossa Comissão, porque isso vai possibilitar um maior equilíbrio de visão sobre essa temática.

Por isso estamos aguardando — foi esse o encaminhamento dado por toda a Comissão — maior unidade do Governo sobre o assunto, Ministro, para que essa proposição que vem do Governo possa representar maior acúmulo de quem está com a mão na massa, de quem está vivenciando os desafios dessa política. Estamos aguardando com todo a ansiedade, porque não podemos perder o embalo. Estamos formando essa constituição, essa constelação, e a biodiversidade não pode ficar de fora.

Por isso faço o apelo para que não percamos o embalo e coloquemos no bojo dessa discussão a biodiversidade, e o Governo nos mande isso, de tal modo que nós, como o incansável Deputado Sibá, que fica no pé do Governo, façamos o mesmo. Também eu agora não vou sair do pé do Governo enquanto ele não nos mandar a Lei da Biodiversidade. *(Risos.)*

Estaremos firmes na luta.

Obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorge Bittar) - Agradecemos à Deputada Luciana.

Com a palavra o Deputado Paulo Henrique Lustosa.

O SR. DEPUTADO PAULO HENRIQUE LUSTOSA - Sr. Presidente, demais colegas, ao Roberto Cavalcanti, que é do Ministério do Meio Ambiente, quero dizer que passei esses 2 anos e meio na Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Ceará. Lá também, na verdade, somos um conselho. E, assim como o Deputado Paulo Bornhausen, em Santa Catarina, tinha que dialogar com desenvolvimento econômico, meio ambiente, ciência e tecnologia. Nosso conselho de meio ambiente também tem essa característica multidisciplinar.



Durante esses 2 anos e meio em que estive à frente da Secretaria, sempre defendemos que só iríamos encontrar um modelo de desenvolvimento sustentável para o Nordeste, sobretudo para a Caatinga brasileira, se fizéssemos firmes investimentos em ciência, tecnologia e inovação.

Não é possível construir um modelo de desenvolvimento para o Nordeste brasileiro partindo das mesmas bases e premissas científicas, econômicas e materias que a Europa adota, que o centro-sul do Brasil adota, ou que a Amazônia pode adotar.

A justificativa que eu tenho hoje para uma política de desenvolvimento regional diferenciada para cada região do País, Deputado Sibá, é de natureza natural e ambiental. E esse ajustamento, esse caminho para a sustentabilidade, é o caminho da ciência, da tecnologia e da inovação. Não há como pensar um Brasil sustentável, um Brasil para todos, um Brasil rico, sem fortes investimentos nesse setor.

Então, cada vez mais eu me filio aqui à preocupação da Deputada Luciana, da nossa rapadura, do nosso torrão natal, mas vale para todo o pensamento nacional.

Eu queria cumprimentar os Relatores, autores da matéria. Meu apoio aos avanços, Sibá, Margarida, Izalci, o Bruno, que saiu, os vários signatários, e falar, Ministro, que aqui, esta Comissão de Ciência e Tecnologia, eu não vou dizer que seja a única da Casa que tem essa natureza, mas é aquela em que mais frequentemente conseguimos encontrar movimentos, soluções construídas dessa forma, em que se tem do PSDB ao PSOL assinando o mesmo requerimento ou o mesmo projeto de lei, sem qualquer ideologização da matéria que não seja o compromisso dos membros da Comissão com a ciência, a tecnologia e a comunicação.

Então, esta é uma Comissão que dá prazer e, com a volta do Deputado Paulo Bornhausen, também. Bom vê-lo aqui de volta.

Sr. Presidente, muito obrigado e parabéns a todos os colegas que realizaram esse magnífico trabalho. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorge Bittar) - Obrigado, Deputado Paulo Lustosa



O próximo inscrito é o Deputado Paulo Foletto.

O SR. DEPUTADO PAULO FOLETTO - Eu queria cumprimentar a Mesa, na figura do Presidente Bittar, da Deputada Margarida, do Deputado Izalci, do Deputado Sibá e na figura marcante do Ministro Antônio Raupp.

Ministro, testemunhamos um movimento histórico, a história da ciência e tecnologia da nossa Nação. É um dia para ficar guardado na memória de todos nós e que muitos outros que não estão aqui vão se lembrar.

Tenho certeza de que nós não teríamos dado um passo adiante com tanta rapidez, não fosse uma pessoa despojada do espírito amplo como o senhor. Mas também tenho certeza de que o senhor sabe que não conseguiria fazer isso sozinho. Então, é muito bonito quando se observa na palavra de todos aqueles que me antecederam essa união em torno do objetivo comum, que é avançar na questão da ciência e tecnologia, e que há temas os mais diversos possíveis — a Deputada Luciana acaba de tocar num tema, parece pequeno, mas importante para a soberania nacional, assim como tantos outros sobre os quais vamos discorrer ao longo dos nossos passos.

Eu queria agradecer e deixar um abraço do nosso Secretário Jadir Péla, que acabou de me ligar, e dizer que um pouco disso começou quando ele sugeriu que fizéssemos esse novo marco regulatório. Ele pediu para registrar isso.

Estamos realizando, lá no Espírito Santo, a maior mostra, em tamanho, do Brasil, apesar de ser em um Estado bem pequenininho. Eu gostaria que os senhores procurassem se informar do tamanho que a coisa ganhou lá no nosso Estado.

Registro, com muita alegria e com muito agradecimento, que o Deputado Sibá, no primeiro pedido que fiz, imediatamente marcou o dia para estar no Espírito Santo discutindo conosco. O Casagrande também me ligou agradecendo, gostaria de estar aqui, mas tem que tomar conta do Governo — todos sabem como é isso.

Então, registro com muita alegria que hoje é um marco decisivo no futuro da ciência e tecnologia e da melhora da qualidade de vida do cidadão brasileiro, graças ao trabalho conjunto de tantas pessoas que estão nos representando.

Era o que eu queria falar. (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorge Bittar) - O último inscrito, mas não menos importante, ao contrário, o mais importante de todos aqui, o nosso decano, como aqui já sublinhou o Ministro Raupp, Deputado Ariosto Holanda.

O SR. DEPUTADO ARIOSTO HOLANDA - Muito obrigado. Aprendi muito com o Ministro Raupp. Primeiramente, eu queria cumprimentar o nosso Presidente Jorge Bittar, e cumprimentando-o, cumprimento todos os Parlamentares aqui presentes.

Mas eu queria dar um testemunho aqui. Primeiro, em relação ao nosso Ministro. Eu conheço o nosso Ministro de algumas datas. Nós somos, eu acho, os mais antigos aqui.

V.Exa. fez um depoimento muito importante, mas não o fez quando prestou uma ajuda muito grande ao Parlamento numa CPMI aqui implantada em 1992, que tinha como Presidente Mário Covas e, como Relatora, a Deputada Irma Passoni. Lembram-se desta CPI? Acompanho as suas atividades. V.Exa. é um profissional da área que está hoje, como Ministro, fazendo um belíssimo trabalho. Eu gostaria de cumprimentá-lo pelo trabalho que está fazendo, Ministro.

Mas aqui eu queria também falar que a Deputada Luciana foi muito feliz quando tocou em dois pontos. Ela falou dos planos que já tem, ou melhor, dos livros azul e branco. Então, nós temos que sair do plano livro para o plano trabalho, o que para mim é muito importante. Temos que sair do plano livro para o plano trabalho. E V.Exa. tocou também o dedo na ferida quando reporta a questão das regiões. Hoje, os desequilíbrios regionais se dão não por conta da riqueza, mas por conta da concentração do conhecimento. E há que se discutir de que maneira nós vamos desconcentrar esse conhecimento.

Por exemplo, um programa que o Ministro lançou, e acho que ainda foi o Ministro Mercadante, criando a EMPBRAPII, uma empresa muito importante da área de pesquisa industrial, mas a sua concentração ainda se dá no Sul.

Então, há que se discutir esta questão regional. Na Região Norte, conversei muito com o Deputado Sibá Machado. Parabéns, Sibá, pelo seu trabalho, pela sua disposição e pelas suas andanças! Eu tive recentemente com o Reitor do Acre, que fez muitas referências a V.Exa., ao Izalci, que também tem feito um trabalho na Frente Parlamentar de Ciência e Tecnologia e à nossa Reitora Margarida Salomão.



Quero aqui dar um testemunho que eu acho importante, até porque sinto falta de uma palavra neste documento. Para se chegar a esta palavra, eu queria comentar um fato. Eu conversava muito com o Presidente Lula. E, na conversa com ele, eu sempre ia acompanhado do pessoal do CONIF, o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Num belo dia, eu estava conversando com o Presidente Lula e, como Presidente do CONIF estava o Reitor Paulo César, daqui de Goiás. Eu parabenizava o Presidente pela lucidez que teve como operário. Não é pesquisador, não tem curso de graduação, mas teve a lucidez de triplicar os institutos federais que hoje se encontram, acho, em uns 400 Municípios. Pois bem, nessa conversa com o Presidente Lula, eu estava dizendo a S.Exa. que era hora de se fazer uma coisa neste País que ninguém havia feito: extensão. A palavra extensão está faltando. Extensão é a transferência do conhecimento a uma linguagem que o povo entenda. As prateleiras das nossas universidades estão cheias de pesquisas. Nós temos que traduzir isso para uma linguagem que o povo entenda.

Eu falei para o Presidente que é oportuno, neste momento, cada instituto adotar um plano, como os CVTs, os Centros Vocacionais Tecnológicos, do Ministério da Ciência e Tecnologia. Se, em volta de cada instituto, forem colocados cinco CVTs, chegar-se-á a 2.500 Municípios. Será feita uma revolução, neste País, que se chama extensão.

E aqui eu me recordo de alguns mestres que tive e que participaram desta CPI do atraso tecnológico, em que destacamos com muita lucidez a causa principal, que está na degradação da base educacional do País. E foi a partir desse diagnóstico que houve um real investimento em educação.

Quando, naquele momento, eu falava que o caminho era o da extensão, o Presidente disse: *“Fernando Haddad, Ministro, venha aqui ouvir o CONIF e o Deputado Ariosto. Venha ver esta questão da ação da extensão.”*

Então, é a extensão que eu sempre aprendi — até como professor da universidade, que faz ensino, pesquisa e extensão —, mas eu sinto falta dessa palavra. Inovação não é necessariamente uma extensão, mas a extensão leva à inovação. A extensão é mais abrangente. Com extensão capta-se a necessidade de uma pesquisa. Então, numa revisão de texto, poderíamos resgatar essa questão da



extensão, que é fundamental. Aí estão as universidades. Hoje, se não me engano, estão em mais de 200 Municípios. Elas podem fazer hoje esse trabalho de extensão que nunca fizeram. Estão lá: ensino, pesquisa e extensão. Os institutos estão fazendo, e eu estou acreditando muito neles, porque é a extensão que vai abrigar o PRONATEC e o E-TEC. Hoje, estamos diante de dois analfabetismos na área de tecnologia: o funcional e o tecnológico. Há que se pensar nisso e também nesta região, neste Brasil de muitos brasis.

Então, fica registrada minha preocupação. Mais uma vez, cumprimento aqui o nosso Ministro, profissional da área. Tenho certeza de que encontraremos o caminho para tentar recuperar o recurso do FNDCT. A Deputada Luciana colocou bem. Tem uma caixa preta aí, e podemos resgatar algum dinheiro para o FNDCT.

Coloco-me à disposição, e fica o desafio a todos que fizeram um belíssimo trabalho de tentar resgatar esta palavra “extensão tecnológica”, que aprendi com o Dr. Alberto Pereira de Castro, Presidente do IPT; aprendi com o Brigadeiro Ferolla, que era um nacionalista que fez um trabalho belíssimo lá no ITA; e aprendi também com o saudoso Bautista Vidal e com Lynaldo Cavalcanti.

Eu queria registrar estes nomes que balizaram a ciência e a tecnologia do País e queria deixar esta minha preocupação. Resgatem a extensão, que é muito importante neste código.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorge Bittar) - Obrigado, Deputado Ariosto Holanda.

Com a palavra o Deputado Sibá Machado, que é nosso comandante em chefe deste tema, para fazer algum comentário breve sobre a sugestão de agregar o conceito, impregnar o texto com o conceito de extensão e outras considerações.

O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO - Encaminhando a reunião, em primeiro lugar, Presidente, eu gostaria muito que nós trabalhássemos, daqui para a semana que vem, mais contribuições, uma vez que não votaremos nada hoje, o que já é um compromisso firmado. Inclusive, o Deputado Esperidião Amin falou que estamos devendo a ida lá. Quem sabe até dê certo mantermos a audiência de lá também? Eu gostaria de saber da possibilidade de conversarmos com o Deputado Ariosto e com



o Dr. Marco Antonio, de modo que nos ajudem a pensar nessa ideia para que, até quarta-feira, façamos um ajuste muito bom nisso.

Então, eu queria fazer uma sugestão ao Ministro e a todos aqui desta Comissão. Uma vez que é praticamente o encerramento dos trabalhos, nós tínhamos convidado os outros Ministérios, que nos deram grandes e valiosíssimas contribuições. Estão aqui vários Secretários Executivos e Secretários de Ministérios. Vou pedir, se possível, que possamos ouvi-los aqui. Temos aqui o Secretário Nelson Fujimoto, do MDIC; o Dr. Marco Antonio de Oliveira, do Ministério da Educação; e o Dr. Roberto Brandão Cavalcanti, do Ministério do Meio Ambiente, que inclusive é uma das peças que ainda falta no tabuleiro. Ainda temos aqui o Coronel Geraldo Antonio, do Ministério da Defesa. Então, peço a tolerância de todos aqui e também que os ouvíssemos rapidamente, com suas considerações, e teríamos mais um tempinho para fazer esses ajustes.

Faço apenas mais um pedido. Sabe-se que esta Casa vive do humor. Por exemplo, hoje, estava tudo certo e, de repente, entrou uma sessão especial de manhã, e as Comissões não poderiam votar. É assim.

Esta PEC só pode entrar em votação em tempo hábil se houver um grande acordo de Líderes com o Presidente da Casa. Eu queria sugerir — na reunião do Colégio de Líderes desta Casa, na terça-feira de manhã, que geralmente funciona por volta de 11 horas da manhã, se pudéssemos, antes da reunião de Líderes e com o Ministro Raupp — a esta Comissão e aos interessados que puderem que cheguem ao Presidente da Casa e ao Colégio de Líderes para fazer esse pedido da data da votação da PEC.

Em segundo lugar, uma preocupação do Izalci com a qual eu concordo: se podemos colocar o pedido de votação do PL 2.177, já que virou uma lei simples, para uma pauta parecida. Qual é o nosso problema? Pauta trancada, então, só com o requerimento de urgência. Então, teríamos que pedir o requerimento de urgência para este PL 2.177 e para a votação da PEC. Seria o tempo de se protocolar o RDC e, quem sabe, a biodiversidade. Protocolado, precisará de Comissão Especial, que pode tratar das outras duas. Caso contrário, pode vencer o tempo até que os Líderes indiquem seus nomes, até que se instale.



Então, eu queria sugerir que, na terça-feira, no Colégio de Líderes, façamos uma visita ao Presidente da Casa e aos Líderes para formalizar todos esses pedidos e, aí sim, criar uma agenda final de votação.

Eu gostaria de sugerir isso ao nosso Presidente. Se V.Exa. concordar com isso, Presidente, estenderemos aos demais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorge Bittar) - Perfeito. Proposições plenamente acolhidas: a de abrir aos breves pronunciamentos dos representantes dos Ministérios — eu estenderia apenas ao Ministério da Saúde, aqui também representado pela nossa FIOCRUZ, que pudesse também exigir algumas palavras e também rapidamente ouvirmos, porque gera importantes contribuições para o nosso trabalho; acolhida também a proposição de que na semana que vem possamos nos dirigir ao Presidente da Casa e aos Líderes propondo que se definam as datas de votação da PEC 290-A.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um último apelo ao Governo porque nós estamos fazendo um esforço muito grande para votar imediatamente toda esta questão da ciência e tecnologia, mas precisamos resolver imediatamente a questão dos recursos humanos. A área de ciência e tecnologia precisa resolver essa questão urgentemente. Então, se pudermos, como também um esforço que estamos fazendo para aprovar, sensibilizar o Ministério do Planejamento para que abra este concurso para os pesquisadores, será muito importante para a ciência e tecnologia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorge Bittar) - Perfeito. Podemos agendar uma reunião também com o Ministra Miriam Belchior para tratar deste tema. Compromisso assumido. (*Palmas.*)

A Deputada Margarida Salomão pede licença para se retirar.

Passo a palavra ao Nelson Fujimoto, Secretário da Inovação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

O SR. NELSON FUJIMOTO - Muito obrigado, Deputado Jorge Bittar.

Eu gostaria de agradecer pelo convite para a participação do MDIC nesta audiência pública. Infelizmente, o nosso Ministro não pôde comparecer e pediu-me que fizesse algumas observações em relação a esta importante iniciativa do Legislativo.



Eu queria cumprimentar o Ministro Raupp e demais autoridades presentes; a autora da PEC 290, Deputada Margarida Salomão; o Deputado Izalci, Relator; e o Deputado Sibá Machado pela iniciativa e pelo Relatório da Lei Nº 2.177.

Eu queria aqui, em primeiro lugar, ressaltar a extrema importância da revisão do marco legal em relação à inovação. Acho que esta Casa foi muito sensível ao recepcionar as sugestões da sociedade no sentido de uma revisão do nosso marco de inovação.

Toda legislação necessita sempre ser revisitada, e acho que houve uma sensibilidade muito grande desta Casa em fazê-la para o bem, ou seja, incorporando nela temas fundamentais, para que possamos tanto avançar no sentido da ciência e tecnologia quanto também na inovação, como o Ministério inclusive absorveu a questão da inovação na sua denominação.

Outra coisa importante que eu queria ressaltar aqui, se o Ministro me permite também licitar, pois V.Exa. já os colocou, são dois planos muito importantes que estão dialogando de uma forma fundamental na questão da ciência, tecnologia e inovação: o Plano Brasil Maior e a Estratégia Nacional de Ciência e Tecnologia. Realmente acho que são programas muito importantes e que dão certa direção para que possamos, ou no nível setorial, ou no nível da indústria, desenvolver a inovação. Eu queria ressaltar aqui que, do ponto de vista do Plano Brasil Maior, uma das metas é realmente estimular a iniciativa privada a investir mais em P&D. Atualmente, os recursos investidos pelo Governo são maiores do que pela iniciativa privada. Eu acho que uma parte do plano tem relação com isso. A outra é o adensamento produtivo e tecnológico das cadeias de valor.

E o terceiro ponto, então, é o aumento do valor agregado dos produtos brasileiros. Nós dialogamos, portanto, diretamente com a inovação no nosso plano e fundamentalmente o marco regulatório para a inovação é crítico para essa política dar certo. Ou seja, temos intenções e plano, mas, muitas vezes, a legislação não permite a plena execução do plano. Então, eu acho que essa proposição sendo discutida na Casa é fundamental, sobretudo nas questões focadas na competitividade das nossas empresas.

Eu queria ressaltar então aqui rapidamente, Deputado Sibá, dois pontos do foco que o MDIC contribuiu, e que acho importante ressaltar, que são a questão da



inovação nas empresas e a questão da interação das ICTs com as empresas. Eu acho que esses dois elementos são centrais, e o texto os incorporou na sua totalidade.

O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO - Já faço a pergunta se a redação ficou à altura do que era esperado.

O SR. NELSON FUJIMOTO - Bom. Então, objetivamente, já que V.Exa. abriu um espaço para isso, vamos salientar que no tema que trata do poder de compra ou da questão da compra pública, a importância é saber que isso é uma exceção à regra da Lei de Licitações. Portanto, ele não é bem um tema da RDC. Ainda que tenha uma interação, nós aqui fizemos uma sugestão de que fosse realmente focado na nossa Lei de Inovação, e eu acho que foi adequado, jogando isso para o Executivo fazer o decreto, que está ótimo.

Outro ponto importante que queríamos ressaltar é a questão também do instrumento de inclusão de recursos não reembolsáveis para despesas de capital. No nosso caso, o MDIC havia sugerido a utilização da própria palavra subvenção, porque ele é um instrumento que já está na antiga lei e foi incorporado também nesta lei. Nós sugerimos a subvenção. Sabemos que recurso reembolsável é uma modalidade de financiamento, e não bem um instrumento. Então, para ser efetivo, acho que seria interessante, e foi muito bem colocada essa questão fundamental, porque a maior parte das empresas de base tecnológica são pequenas e micros e realmente têm uma enorme dificuldade na questão de aquisição de equipamentos. Então, se parte da subvenção pudesse ser usada para isso, seria excelente. Eu acho que está muito bem colocado.

E, em terceiro lugar, só salientar aqui mais uma vez a questão dos NITs. Eu acho que esta proposta de os NITs terem personalidade jurídica e própria é fundamental para que possamos realmente ter a interação entre universidade e empresa. Todos sabem que, focado somente na universidade, não é possível nem licenciar uma tecnologia ou uma inovação sem licitação, o que é um absurdo. Então, aqui a ideia não é burlar a Lei de Licitação, nenhuma regra, mas, na área de inovação e tecnologia, é fundamental que esses acordos aconteçam sem ter barreiras, enfim, sem dificultadores no processo.



Como o tempo é curto, vamos discutir com mais tempo depois, então, eu queria, mais uma vez, agradecer e parabenizar todos pela iniciativa. Está muito completa a proposta tanto da PEC quanto do PL. Quero, então, parabenizá-los mais uma vez e trazer o apoio do MDIC tanto ao PL como à PEC.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorge Bittar) - Agradeço ao Sr. Nelson Fujimoto, e passo a palavra imediatamente ao Sr. Marco Antonio de Oliveira, Secretário de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação.

O SR. MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA - Boa tarde a todos. Quero saudar aqui brevemente o Deputado Jorge Bittar, o Ministro Antonio Raupp, o Deputado Sibá Machado e o Deputado Izalci Lucas. Creio que tudo ou quase tudo já foi dito aqui a respeito da importância, da relevância e do sucesso desse esforço na definição de uma verdadeira política de Estado no âmbito da ciência, da tecnologia e inovação. Portanto, eu não vou repisar aqui, dado inclusive o adiantado da hora, uma série de pronunciamentos elogiosos a esse esforço da Câmara dos Deputados, do Congresso Nacional.

Eu quero apenas, em primeiro lugar, parabenizar pelo trabalho os autores tanto da proposta da PEC, a Deputada Margarida Salomão, quanto o Relator, Izalci Lucas, que se mostrou bastante sensível, no nosso modo de ver, às ponderações feitas pelos diferentes setores interessados nessa iniciativa. Eu quero também saudar, pelo trabalho realizado, o Relator, Deputado Sibá Machado, e o autor da iniciativa de lei, o Deputado Bruno Araújo.

Da parte do MEC, também venho aqui na qualidade de representante do Ministro para manifestar o nosso acordo, o nosso contentamento com o progresso havido nesse âmbito. O Ministro Mercadante, que hoje ocupa a pasta da Educação, ocupou até há pouco tempo a pasta da Ciência e da Tecnologia e foi a pessoa fundamental na introdução do tema da inovação no Ministério.

O Ministro Raupp tem conduzido esse processo de lá para cá com denodo e com um brilhantismo sem-par. Então, nós vimos aqui o coroamento de um esforço que é, na verdade, do Governo Federal e de toda a comunidade que gravita em torno do tema da ciência, da tecnologia e da inovação.



Como eu disse, o posicionamento do MEC, manifestado tanto pela SETEC, a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, quanto pela Secretaria de Educação Superior foi no sentido do acolhimento, da recomendação da proposta de emenda constitucional. A maior parte das nossas ponderações foi acolhida, quer dizer, eu creio que tudo que nós tínhamos a propor, nós vimos aqui expresso no texto do Relator.

Da nossa parte, em relação à PEC, eu só destacaria um ponto que eu diria menor e que talvez se explique pela opção da relatoria no tocante ao art. 218, em que nós, no §1º, havíamos proposto que o texto fosse emendado no seu final. O texto inicialmente diz que a pesquisa científica e tecnológica receberá tratamento prioritário do Estado, tendo em vista o bem público e o progresso das ciências. Nós tínhamos proposto que fosse emendado o bem público e o progresso da ciência, da tecnologia e da inovação. Talvez, por uma opção de redação, como esse tema figurou no *caput*, não tenha figurado aqui no parágrafo, mas, no nosso modo de ver, o que abunda não prejudica. E se houver algum espaço para que essa vinculação entre ciência, tecnologia e inovação, tão cara a todos nós, se faça presente também neste parágrafo, para nós seria muito bem-vinda essa iniciativa.

Da mesma forma, ao final do § 5º do mesmo artigo, quando se fala do fomento ao ensino e à pesquisa científica e tecnológica, nós gostaríamos também de ver, se possível, estendido à inovação. Então, o § 5º: *“É facultado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios vincular parcela de sua receita orçamentária a entidades públicas de fomento ao ensino e à pesquisa científica e tecnológica e à inovação”*. Também neste caso eu creio que é mais um desejo de reiterar um sentimento que já está expresso no relatório, do que propriamente uma discordância com algum fundamento básico já colocado pelo Sr. Deputado Izalci Lucas.

Por fim, no parágrafo único, nós tínhamos manifestado uma preocupação com relação à questão da cessão de servidores para entes privados. Eu creio que esse assunto merece uma abordagem à luz do posicionamento do Ministério do Planejamento, para que depois não tenhamos um dispositivo legal que se torne nulo de pleno direito por algum conflito com a lei que rege a contratação e a atividade dos servidores públicos do País.



Mas creio que já houve aqui um avanço importante no sentido de se destacar a necessidade da contrapartida financeira, porque nós sabemos muito bem que o Estado brasileiro carece de quadros técnicos, e muitas vezes esses quadros são requisitados com ônus para o Governo Federal. Então, eu acho que é salutar, é bem-vinda a possibilidade da cessão. Acho que quando se fala das entidades privadas está se falando não de qualquer entidade privada, mas de centros de pesquisa de excelência. Portanto, ter algum tipo de flexibilidade nesse sentido também nos parece bem-vindo. Mas é importante assegurar a contrapartida que nos permita repor os quadros do Governo Federal, sob pena de vestirmos um santo e desvestirmos outro — o cobertor é sempre curto nesse sentido.

Ao final do parágrafo único, nós tínhamos feito uma sugestão, que, eu acho, vai ao encontro da expectativa do Deputado Ariosto. O Deputado Ariosto Holanda enfatizou, no meu modo de ver, corretamente, a preocupação com a extensão tecnológica, que tem uma importância muito grande para os institutos federais.

Nós acabamos de lançar agora um edital em parceria com o CNPq, da ordem de 20 milhões, voltados exclusivamente ao estímulo à extensão tecnológica. E a extensão tecnológica aqui não se resume apenas aos mecanismos de difusão e popularização do conhecimento científico e tecnológico. Ela se traduz em serviço tecnológico, associado inclusive aos processos de inovação. Então aqui nós tínhamos sugerido, ao final desse parágrafo único, que, além de se falar da promoção de atuação dos inventores independentes e a criação, absorção e transferência de tecnologia, que o Estado estimulasse essas práticas, que ele também estimulasse a difusão. Então, nós falamos: *“O Estado estimulará: a criação, absorção, difusão e transferência de tecnologia”*. O tema difusão, *lato sensu*, abarcaria a possibilidade de se incorporar aí a prática da extensão tecnológica, que é um instrumento de difusão.

Então, ficam aí as nossas ponderações, insisto que essas são questões que nós julgamos importantes, mas que não diminuem em nada o esforço realizado. Tampouco o fato de que elas, por alguma razão, não venham a ser contempladas aqui vai colocar em risco algo que é tão caro a todos nós. Mas se nós pudermos caminhar no aperfeiçoamento do texto, nessa direção, para nós é muito bem-vinda.



Por fim, em relação ao Projeto de Lei nº 2.711, eu me coloco à disposição do Deputado Sibá Machado e do Deputado Ariosto Holanda, para que possamos fazer essa discussão e encontrarmos a forma de melhor cuidar da articulação no âmbito da extensão tecnológica.

Como disse o Deputado Ariosto, a extensão não é inovação, mas pode ser um instrumento de inovação, sobretudo quando falamos em melhoria contínua, sobretudo quando nós olhamos para o universo das micro e pequenas empresas brasileiras que estão longe dos grandes polos de inovação do País, muito mais acopladas à grande indústria intensiva em inovação, em tecnologia.

Então, eu me coloco à disposição. Não sei se na versão final do Relator isso já está contemplado, mas eu gostaria que, se possível, o tema da flexibilização do regime de dedicação exclusiva fosse tratado no PL nº 2.711. Nós — o senhor fez menção aqui — discutimos, na lei de conversão da MP nº 614, a flexibilização desse regime, mas esbarramos em alguns entraves que, se forem vencidos neste PL, representarão um avanço importante para a atividade da pesquisa dos quadros docentes em regime de dedicação exclusiva.

A que me refiro? Em primeiro lugar, faço referência a não se restringir a retribuição pecuniária a 240 horas, mas trabalhar com a proposta da SBPC, de 416 horas. Por quê? Porque assim ampliamos a possibilidade de remunerar o docente em dedicação exclusiva, que é, normalmente, o docente mais titulado, mais envolvido com a atividade de pesquisa, mais entrosado com os projetos de cooperação com entes privados e, muitas vezes, não vai se engajar num projeto porque não tem uma contrapartida em termos de retribuição pecuniária.

Então, se nós pudéssemos trabalhar no PL nº 2.771 na direção da proposta da SBPC, creio que seria um avanço.

Da mesma forma, a lei de conversão da MP nº 614 restringiu a retribuição pecuniária, recebida de entes distintos dos institutos federais de educação superior, a 30 horas. Também nesse caso essa é uma restrição muito severa, porque, se nós pensarmos numa jornada anual, ou mesmo com uma jornada mensal, 30 horas é um tempo muito exíguo. Falar em restringir, ao longo do ano, uma remuneração de um ente não público a 30 horas, ficaria... Já está na lei de conversão. Isso foi objeto de discussão com a Casa Civil. Nós, particularmente, nos batemos contra essa



restrição e achamos que, se isso fosse deixado a critério da própria política de cada instituição acadêmica, nós ganharíamos em termos de cooperação entre o mundo acadêmico e o mundo da empresa.

Então, ficam aqui também essas sugestões. Eu agradeço a oportunidade mais uma vez e parabenizo a todos pelo sucesso desta iniciativa tão importante para a política de inovação tecnológica de ciência no País.

Obrigado.

O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO - Sr. Presidente, permita-me, para não perdermos tempo, fazer o seguinte encaminhamento neste caso e nos demais: vou pedir ao nosso Consultor Bernardo, que tem a responsabilidade de dar a versão à nossa linguagem interna, e ao Evaldo — poderíamos ver alguém do seu gabinete para acompanhá-lo —, para entre quinta e sexta-feira, lá com a sua equipe, você já dar um caminho para isso tudo que você falou aqui.

Na segunda-feira eu vou estar em Brasília. Poderíamos nos sentar com você lá para fazermos o amarramento final. Pode ser assim?

O SR. MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA - Perfeito, estou à disposição de vocês.

O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO - Então, já vou pedir esse encaminhamento, para não perdermos o prazo aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorge Bittar) - Agradeço ao Marco Antonio. Passo a palavra ao Sr. Roberto Brandão Cavalcanti, Secretário de Biodiversidade e Floresta do Ministério do Meio Ambiente.

O SR. ROBERTO BRANDÃO CAVALCANTI - Sr. Presidente, Deputado Jorge Bittar, Ministro Raupp, Deputados Sibá Machado, Izalci, Margarida Salomão, que já se retirou, e Bruno Araújo, queria cumprimentar todos os Parlamentares presentes e os meus colegas palestrantes, assim como o público, que realmente é extremamente diferenciado, pela iniciativa desta sessão e também, particularmente, pela envergadura do trabalho que está sendo aqui realizado, porque lá no MMA nós lidamos diariamente com marcos legais, decretos e legislações de todo tipo, mas é muito raro ver um trabalho dessa natureza, em que se propõem uma PEC e um PL que andam conjuntamente e representam uma convergência técnica, científica e política de tal envergadura.



Obviamente, na maioria dos casos, quando nos chegam matérias para serem apreciadas, nós vemos que são coisas razoavelmente variáveis, mas o teor de superficialidade, em muitos dos projetos, infelizmente, é grande.

Nesta situação aqui, vemos exatamente o contrário. E o Ministro Raupp foi muito feliz ao fazer a demonstração da evolução da maturidade do setor científico-tecnológico e, particularmente, do contexto que prevaleceu por ocasião da Constituição de 1988 e do contexto de hoje. E aí, Sr. Ministro, acho que o senhor capturou realmente. Em 1988 ainda se vivia sob o signo da *big science*, a grande ciência. Hoje estamos em outra fase, a da nova ciência.

Particularmente nessa área sobre a qual fui incumbido de falar, a questão do acesso à biodiversidade — em 1992 eu fiz um *pols talk*, fui dar uma palestra na Universidade da Califórnia, em San Diego, que é um dos grandes centros de biologia molecular e genômica do mundo. Santa Catarina e outros Estados brasileiros avançaram no conceito de parques tecnológicos, mas eles já estão duas ou três gerações à frente. Lá, em torno das universidades, em prédios normais, em prédios corporativos, há pequenas instituições, os *startups*, aquelas organizações em que os laboratórios estão dentro de salas comerciais. O cara aluga duas salas: uma é o laboratório e a outra é o escritório. O ritmo é impressionante.

Eu morei vários anos nos Estados Unidos e observei que o americano tem duas qualidades impressionantes: primeiro, o americano é muito prático; e, segundo, é muito rápido. Nessa área de ciência, eles realmente estão mostrando como lidar com situações. Principalmente, o que há lá? Duas coisas que me chamam a atenção. Primeiro, a incorporação da base científica para tomada de decisões. Eles tomam decisões, que têm ser tomadas em qualquer lugar, com critérios eminentemente políticos, mas o pessoal sabe as consequências do que está fazendo.

Vejam essa questão agora em que eles avançaram, a questão ambiental do gás de xisto. Eles sabem o que estão fazendo, estão correndo um risco calculado e conhecido em nome de questões de geopolítica global. Isso é muito diferente dos nossos países, dos países emergentes, os BRICS, com que temos contato quase contínuo. Estive, no mês passado, na Índia para a reunião da área ambiental, e, na semana passada, no Canadá, para a convenção da biodiversidade. O que vemos



nessa área da biodiversidade? O Brasil é G1, mas não é único, há outro país praticamente equivalente, a Indonésia, por motivos diferentes. A nossa biodiversidade é primariamente terrestre. A Indonésia tem altíssima biodiversidade terrestre, mas tem uma biodiversidade marinha fantástica. Para se ter uma ideia, no Brasil temos 35 espécies de coral. Lá, no Triângulo de Coral — Indonésia, Filipinas e um pouco da Austrália —, eles têm mais de 700 espécies de coral.

Em relação aos países de megabiodiversidade, há 12 países. Na América do Sul, temos três ou mais: Brasil, Colômbia, Peru. Não por acaso, são os países grandes que dividem a Amazônia. Então, quando começamos a olhar o patrimônio genético e a biodiversidade do Brasil, nós estamos lá em cima, na primeira divisão, mas nós não estamos sozinhos. Nós temos companhia. Agora, temos a companhia de países mais ou menos parecidos conosco nos desafios que enfrentamos. Então, o pessoal olha muito para o Brasil e para a legislação brasileira de recursos genéticos para saber o que nós estamos fazendo.

Como foi dito aqui, a MP atual foi editada sob o signo, inclusive, de uma CPMI do Congresso, o que levantou enormes preocupações sobre a evasão de patrimônio genético, sobre os direitos intelectuais e consequências. Então, a MP que veio foi assim: para tudo ou restringe imensamente. Só que conseguiram desagradar a gregos e troianos. Em 2002, os pesquisadores já estavam indicando os pontos.

O problema da ciência é o problema do acesso, mas existe o problema da repartição dos benefícios, que está ligado à área do MDIC, da inovação e da tecnologia.

Nós temos aqui a oportunidade do ganha-ganha, porque sem acesso não haveria repartição de benefícios, e sem repartição de benefícios não há credibilidade de acesso. Porque sabemos realmente — já foi dito aqui — que todos os biomas brasileiros são de alta biodiversidade.

Qual é a expectativa do pessoal do Nordeste, da Mata Atlântica do Nordeste, da Caatinga, da Amazônia, do Cerrado, onde eu passei quase 30 anos estudando? Queremos o desenvolvimento regional como consequência do acesso à biodiversidade, ou seja, não dá para separar a facilitação, o estímulo ao acesso do estímulo à repartição de benefícios.



E é por isso que, quando o MMA foi consultado — e aqui estou representando a Ministra Izabella —, a Ministra tomou a decisão de que a proposta de novo marco legal que seria encaminhado pelo MMA seria, primeiro, feita em consulta com todos os demais Ministérios relevantes mais diretamente ligados; e, segundo, seria feita a discussão no nível do Ministério. E ela designou o Secretário-Executivo Francisco Gaetani para fazê-la.

Nós estamos agora terminando um processo de 1 ano em que foram feitas consultas a todos os Ministérios — basicamente, ao MDIC, ao MCTI e ao MAPA, que operam grande parte do regime de acesso e repartição. Porque repartição de benefícios é um termo vago, mas que tem um elemento muito prático, porque, de alguma forma, a cadeia produtiva dá um retorno para os detentores da biodiversidade — a União, pelos direitos sobre a biodiversidade brasileira; as comunidades locais; e os agricultores locais, que protegem e desenvolvem variedades típicas.

Então, o marco legal está olhando para essa questão. Primeiro, uma simplificação do acesso, associado à rastreabilidade, porque isso é crucial para o MDIC e para o MCTI. Porque na hora em que você começa a ter uma cadeia produtiva, quem é que recebe, quem desenvolveu? Se não há clareza quanto a esse ponto, o Brasil não tem como defender internacionalmente os seus próprios direitos e domesticamente não temos como fazer uma repartição de benefícios.

E o objetivo do marco legal é desonerar o acesso associado à rastreabilidade e, segundo, construir um sistema de repartição de benefícios que funcione dentro das cadeias produtivas brasileiras. Porque nós já falamos para o pessoal: não tem pote de ouro no final do arco-íris. Não tem a história da pessoa que tem uma área protegida e diz: *“Bom, está aqui, eu vou conseguir me sustentar indefinidamente.”* Não. É importantíssimo que a repartição de benefícios esteja associada realmente à atividade concreta.

Então, para as comunidades locais, o que é? É a questão da proteção e do conhecimento tradicional, associado aos usos. A área agrícola — e aí eu falo em todo o espectro da área agrícola de inovação —, parte do patrimônio genético, a maior parte das nossas plantas cultivadas é originária de outros lugares; entretanto, as variedades foram desenvolvidas e têm elementos tipicamente brasileiros. Isso



tem que entrar. A única área de patrimônio genético que está fora é o patrimônio genético humano, porque este se refere aos direitos fundamentais da pessoa e não é objeto de... Então, todas as outras formas de patrimônio genético estão sendo contempladas.

E nós vemos, então — para não me alongar demais —, com muito bons olhos essa oportunidade de trazer ao Congresso, por intermédio do Executivo, o resultado dessas discussões que foram feitas. Estamos dividindo com o CGEN, mas o CGEN está sendo mantido informado; a parte deliberativa está sendo feita pela Ministra e pelo Secretário Gaetani.

O setor empresarial, os grupos farmacêuticos, as associações grandes, tanto da área agrícola quanto da industrial, semanalmente nos têm mandado contribuições. Mas queria registrar também o papel do MDIC, fundamental em fazer essa ponte conosco. Porque vocês sabem: a turma olha o pessoal do meio ambiente assim com... No MCTI nós temos acesso a todos os níveis. E, Ministro, eu queria agradecer a colaboração que o senhor e a sua equipe nos têm dado, e também ao CNPq, ao Presidente do CNPq, que estava aqui. Porque um elemento importante é que as autorizações de acesso são dadas por organizações dos setores correspondentes. Então, as autorizações de acesso para a pesquisa científica são dadas pelo CNPq, em acerto e em organização com o CGEN. Ou seja, o CNPq relata ao CGEN as autorizações que estão sendo dadas.

O mecanismo de construção e de repartição de benefícios é delicado e importante, mas é essencial. Porque não existe um acesso só. Os acessos vão ser contínuos; na hora que você pega uma planta, um elemento genético, um micróbio de alguma região, você faz um acesso, faz a pesquisa, depois você vai querer voltar e fazer mais. Ou seja, há um incentivo positivo. Essa história de fazer um banco de sementes, de botar lá na Noruega e achar que você resolveu o problema, isso não existe. Porque a expressão gênica ocorre no meio natural, só a sequência genética não é suficiente. Não basta saber os genes que estão dentro do organismo, é preciso saber como e em que condições eles são expressos e o que produzem. Então, esta é a vantagem do Brasil: aqui você vê a expressão genética em sua área mais plena.

Então, era isso. Muito obrigado. Estamos à disposição de todos.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorge Bittar) - Agradeço ao Dr. Roberto Brandão Cavalcanti.

Nós vamos ter oportunidade de aprofundar esse tema em audiências públicas, em reuniões com a nossa Relatora, com os nossos Parlamentares e equipe de consultores. E, com certeza, poderemos aprofundar; enfim, alargar ainda mais as consultas, que já estão em estágio avançado, como nos informa o Dr. Roberto Cavalcanti.

Passo a palavra agora ao Coronel Engenheiro Geraldo Antônio Diniz Branco, Gerente da Divisão de Tecnologia Sustentável do Ministério da Defesa.

O SR. GERALDO ANTÔNIO DINIZ BRANCO - Muito obrigado ao Deputado Jorge Bittar. Eu gostaria de saudá-lo e também o Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Prof. Raupp. Queria agradecer por esta oportunidade, mais uma oportunidade de participarmos deste processo tão importante, que é — aliás, todo esse processo aqui está marcado por um momento muito importante, essa revisão toda da área de ciência e tecnologia.

Eu queria fazer um reparo, inicialmente, na minha identificação, porque houve um ruído do Ministério da Defesa para cá; com certeza na nossa área, do meu contato. É que Divisão de Tecnologia Sustentável não existe lá. Embora sustentabilidade da tecnologia seja um aspecto sempre presente em nossos desenvolvimentos, nós não temos uma divisão específica para isso lá; não é bem característico das nossas atividades. Eu sou Gerente da Divisão de Tecnologias Sensíveis.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorge Bittar) - Então houve algum problema na comunicação.

O SR. GERALDO ANTÔNIO DINIZ BRANCO - Isso foi problema da nossa comunicação lá, não é de vocês aqui. Isso eu já vi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorge Bittar) - Está devidamente registrado.

O SR. GERALDO ANTÔNIO DINIZ BRANCO - Quer dizer, eu cuido de assuntos de engenharia nuclear, engenharia química, biológica, coisas assim — quer dizer, área de tecnologias ligadas a armas de destruição em massa, que é o outro lado da moeda.



E nesse aspecto nós nos preocupamos, sim, com as consequências, em evitar as consequências que afetem o meio ambiente etc., mas nós não temos hoje em dia. A nossa estrutura é pequena — não que tecnologia sustentável não seja um tema que mereça nosso foco — no Ministério da Defesa, mas nós cuidamos também desse aspecto. Mas não há essa divisão.

Eu queria aproveitar essa nova oportunidade — já estive presente a uma audiência pública recentemente, na qual manifestei nossa percepção da importância dessa iniciativa. Primeiro, do Código Nacional de Ciência e Tecnologia, que foi a iniciativa original — é uma oportunidade importantíssima, porque já era hora de nós revisarmos esse foco da ciência e tecnologia.

Nós podemos dizer que estamos participando mais ou menos desde o começo do processo. O Ministério da Defesa está empenhado e dá muita importância a essa revisão que está ocorrendo agora, haja vista que nós temos tido uma receptividade muito boa a todas as nossas contribuições — praticamente tudo o que o Ministério da Defesa propôs foi acolhido, na maior parte até literalmente; quando não houve um acolhimento literal, houve um acolhimento da essência da ideia defendida, porque, na verdade, não se tratava só de acomodar o nosso ponto de vista, mas o ponto de vista de todos. E aquele aspecto foi considerado dentro de outras visões.

Portanto, o Ministério da Defesa se considera muito, muito satisfeito com o andamento desse trabalho. Embora sempre ocorram ideias novas, eu queria confirmar se ainda há oportunidade de colocar um ponto novo que eventualmente surja.

O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO - Total.

O SR. GERALDO ANTÔNIO DINIZ BRANCO - Porque ainda temos um ou outro ponto...

O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO - Vamos fazer o seguinte. Estou com medo do tempo, porque precisamos ir para o Colégio de Líderes às 11h da manhã. Eu estava querendo ir aos gabinetes, mas que tal fazermos isso às 9h da manhã? Dá para ser ou no meu ou no seu gabinete ou aqui na sala da Comissão ou da Presidência? Na terça-feira, porque segunda-feira é Dia do Servidor Público e acho que estará todo mundo comemorando.



Podemos deixar marcado para as 9h da manhã da terça-feira. Vamos fazer aqui na sala da Presidência da Comissão, aqui ao lado. O.k.?

O SR. GERALDO ANTÔNIO DINIZ BRANCO - O.k.

O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO - Mas o senhor pode ir trabalhando e, da mesma forma, o Evaldo e o Bernardo. Já pode ir conversando com eles amanhã e depois, para fazermos o fechamento na terça-feira.

O SR. GERALDO ANTÔNIO DINIZ BRANCO - Sim, talvez possamos, inclusive, mandar antecipadamente o que nós estamos pensando, porque não é uma coisa muito complexa, é um foco que me passou.

O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO - Então mande para o Evaldo. O Evaldo já vai vendo e, por telefone e outros meios, nós já vamos conversando.

O SR. GERALDO ANTÔNIO DINIZ BRANCO - O.k. Eu agradeço muito.

O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO - Mas na terça-feira, às 9h, é bom nos sentarmos para fazer o fechamento.

O SR. GERALDO ANTÔNIO DINIZ BRANCO - Está certo. Já é suficiente. Eu agradeço muito.

Gostaria de deixar claro aqui que estou falando pelo Ministério da Defesa e, naturalmente, neste caso aqui, estou falando também pelos Comandos do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, que têm representantes presentes aqui. Nós temos tido uma participação interna intensiva sobre essa discussão. Quero elogiar efusivamente o trabalho maravilhoso que está sendo feito. Estamos realmente muito satisfeitos com os resultados já obtidos. Alguma contribuição nova é para melhorar um pouquinho, mas está espetacular este trabalho.

Não é preciso mencionar a importância da ciência e tecnologia para a área da defesa. Sempre, sempre, até antes do seu conceito formal, a defesa não pode prescindir da tecnologia e das vantagens competitivas tecnológicas. Mesmo no tempo em que a força bruta comandava os combates, quem detinha, talvez, uma espada um pouco melhor, uma metalurgia um pouco melhor na feitura da sua espada, ou coisa assim, possuía vantagens que, muitas vezes, eram decisivas nos combates. Não era só o número de combatentes ou a truculência de cada um que contava. Muitas vezes, era puramente a engenhosidade. Então, a defesa sempre, sempre existiu com base tecnológica. A importância da tecnologia para nós — da



inovação, principalmente, porque é o que traz a vantagem — é extremamente clara. Sempre apoiaremos qualquer iniciativa nesse sentido com total prioridade.

Eu vou tentar ser um pouquinho mais cartesiano e não me alongar muito mais, dado o adiantado da hora — está todo mundo um pouquinho inquieto.

Quero agradecer novamente e cumprimentá-los por esta brilhante iniciativa, espetacular, mesmo. Eu adoro esta palavra, e nesse caso ela se aplica muito bem — “espetacular”.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorge Bittar) - Agradeço ao Coronel Engenheiro Geraldo Antônio Diniz Branco e aos representantes das três Armas aqui presentes, e passo a palavra ao último expositor, o Presidente da FIOCRUZ, Paulo Gadelha.

O SR. PAULO GADELHA - Eu agradeço, Deputado Jorge Bittar, por esta oportunidade.

Gostaria de cumprimentar o Deputado Sibá Machado, o Deputado Izalci e o Ministro Marco Antonio Raupp. É para testemunhar um movimento excepcional ocorrido hoje aqui, fruto de um trabalho intensíssimo, com muitos momentos simbólicos — eu lembro, na SBPC, quando o Ministro Raupp, o Deputado Sibá Machado e a Helena Nader estavam juntos ali registrando essa associação da comunidade científica, do Congresso Nacional e do Governo, e nós chegamos a um resultado maravilhoso.

Eu queria ressaltar novamente, em nome de toda a comunidade da FIOCRUZ, da área da saúde, o trabalho extraordinário do artífice Deputado Sibá Machado, que conseguiu esse resultado. Na área da saúde, onde o peso é tão grande da ciência e da tecnologia, e nas especificidades da FIOCRUZ, que é uma instituição que tem cadeia de inovação vertical e tem uma série de peculiaridades, nós tivemos um acolhimento maravilhoso, e estamos aí re-enfatizando a disposição de continuarmos trabalhando até o sucesso definitivo desta iniciativa.

Muito obrigado, e parabéns. Estamos todos nós com muita expectativa de poder concluir esse processo.

Muito obrigado. (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorge Bittar) - Estão registradas todas as contribuições finais, que estarão sendo ajustadas nos próximos dias para que na próxima semana nós possamos nos dirigir ao Presidente da Câmara dos Deputados para solicitar a marcação da data de votação da PEC, se tudo correr bem, em companhia do Ministro Marco Antonio Raupp. E iremos também à Ministra do Planejamento, Miriam Belchior, para tratar do tema dos recursos humanos nessa área.

Quero agradecer a todos. De fato, esta audiência pública foi um marco histórico dos trabalhos destas Comissões e desta Casa, e a presença dos senhores e senhoras aqui, particularmente do Ministro Marco Antonio Raupp, foi extremamente importante para o sucesso deste evento.

Muito obrigado.

Está encerrada a audiência pública. (*Palmas.*)